



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 21 – nº 83 – Junho 2011

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – [www.csem.org.br](http://www.csem.org.br)

## **Os Rumos do Tráfico de Seres Humanos**

<b>EDITORIAL</b> .....	<b>1</b>
<b>ITALIANO</b> .....	<b>3</b>
«Traffico di esseri umani: Business da 32 miliardi» .....	3
Suor Bonetti: basta a questo vergognoso mercato della donna .....	4
UE: una nuova direttiva contro il traffico di esseri umani.....	5
Traffico di persone: l'India al primo posto nel mondo .....	6
Thailandia. Traffico di madri vietnamite "in affitto", fermata organizzazione thai .....	7
ASIA/PAKISTAN - Le persone con disabilità in pericolo di cadere vittime della tratta .....	7
<b>PORTUGUÊS</b> .....	<b>8</b>
Entrevista - Thalita Ary: Globalização facilita o tráfico de pessoas .....	8
Pobres, jovens e reféns da moderna barbárie .....	9
Tráfico de seres humanos; o desafio do Brasil .....	11
O ultra-lucrativo tráfico humano .....	12
Escavidão de imigrantes é flagrada em oficina ligada à Marisa .....	13
<b>ENGLISH</b> .....	<b>18</b>
Interview: Attorney General Coakley Fights for Massachusetts' First Trafficking Law .....	18
Promise of better life leads to nightmare of sexual slavery .....	19
The challenges of counting a 'hidden population' .....	21
Katya's story: trafficked to the UK, sent home to torture.....	22
A Woman. A Prostitute. A Slave.....	24
<b>ESPAÑOL</b> .....	<b>26</b>
"La trata de personas va más allá de la explotación sexual" .....	26
Trata de personas y derechos humanos .....	27
Las víctimas de esclavitud sexual no quieren regresar de España .....	28
Un tercio de mujeres explotadas sexualmente son inmigrantes sin papeles .....	29
Explotación rural en tiempos de bonanza en Argentina .....	31

### **EDITORIAL**

Nos dias de hoje a humanidade alcançou uma profunda consciência quanto à inviolabilidade da dignidade humana. Todo ser humano, em princípio, é considerado sujeito de direitos. Práticas desumanas e hediondas, outrora toleradas, hoje despertam a indignação da maioria da população mundial. No entanto, apesar desses evidentes avanços, no começo deste terceiro milênio deparamo-

nos com um contexto que beira a esquizofrenia: a consciência da dignidade inviolável de cada ser humano coexiste com um processo de reificação do mesmo.

Não raramente a pessoa é equiparada a um objeto a ser explorado e manipulado, vendido e comprado. Torna-se uma mercadoria, que adquire valor de acordo com as leis de mercado. *Pobres e excluídos* são freqüentemente considerados apenas seres descartáveis, inúteis, “massa sobrando”, pois não se inserem no mundo do mercado como produtores ou consumidores. No entanto, *assumem valor na medida em que se transformam em bens de consumo e de troca*. Um caso paradigmático desta situação é justamente o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, trabalho forçado e tráfico de órgãos.

O Trabalho forçado é entendido como o trabalho *degradante* que envolve privação da liberdade, seja esta por dívida, impossibilidade de saída ou fuga ou por ameaças à vida. Tal temática faz interface com a das migrações, haja vista que a migração forçada ou induzida por falsas promessas é uma das possíveis motivações que levam os trabalhadores a migrar.

Há ainda o trabalho em condições análogas à escravidão em áreas urbanas, sendo que esta envolve também os estrangeiros, como no caso dos migrantes latino-americanos inseridos nas confecções de roupa em São Paulo. A migração internacional ao se inserir no contexto do trabalho forçado tem ainda um diferencial: é comum que envolva migrantes que não possuam documentos e que tenham pouco domínio do idioma, o que configura, assim, um quadro de maior vulnerabilidade e exposição para o trabalho forçado.

Nesse sentido, a temática do tráfico de seres humanos, não se insere somente no âmbito de uma ação criminosa perpetrada apenas por um restrito número de criminosos internacionais. Os rumos do tráfico de pessoas alcançam grande parte do tecido social das sociedades contemporâneas.

As organizações criminosas, sem dúvida, desenvolvem um papel central na gênese do tráfico de pessoas, atuando tanto no aliciamento, quanto na exploração. Elas são atraídas, sobretudo, pela alta rentabilidade dessa prática e, inclusive, pelas articulações que podem ser criadas entre tráfico de pessoas, de drogas e de armas. Como afirma Alessandro Calvani, num artigo desta resenha, “o capital vai onde é mais remunerado, onde as ações valorizam mais depressa e com menos riscos”. Sem dúvida, faz-se necessário adotar legislações que apliquem duras sanções contra os envolvidos com essas máfias.

Por outro lado, sem menosprezar a necessidade do rigoroso combate ao crime organizado, acreditamos que isso não seja suficiente para a solução do problema. Com efeito, as organizações criminosas exploram determinados fatores propícios existentes tanto nos países de origem das vítimas quanto naqueles de chegada. Por exemplo, só pode existir o tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual em presença de compradores. Em outras palavras, é a demanda de corpos de mulheres e crianças na indústria sexual que garante a lucratividade das redes mafiosas. Até quando houver demanda de corpos sempre haverá tráfico de seres humanos.

Como sustenta Irmã Eugenia Bonetti, na atualidade, com frequência “a mulher é considerada apenas pela beleza e o aspecto exterior de seu corpo” que, por vezes, é tido apenas como um “objeto ou instrumento de prazer, de consumo e de renda”. Essa espraiada coisificação da mulher adquire um papel fundamental na difusão capilar do tráfico – e inclusive da indiferença de amplos setores da sociedade.

É importante ressaltar também como o tráfico de pessoas atua mediante uma rede hierárquica, repleta de intermediários, em que há numerosas pessoas envolvidas, direta ou indiretamente. Donos de boates, albergues e hotéis, taxistas, motoristas, guias turísticos, garçons, funcionários de cartórios, entre outros, fazem parte dessa rede, ainda que, por vezes, de forma epidérmica, mas, nem por isso, menos determinante no êxito da prática criminosa. Dar uma simples informação a um turista torna o taxista uma peça decisiva.

Faz-se necessário, portanto, conscientizar e responsabilizar os setores da sociedade mais próximos à prática do tráfico para que com as próprias ações ou omissões não alimentem as redes criminosas. Pode-se pensar, inclusive, em organizar formas de boicote daqueles hotéis ou boates envolvidos no tráfico.

Finalmente, é mister realçar que as organizações de cunho mafioso, além de responder às demandas dos países de chegada, exploram também as dramáticas condições de vida que assolam

as populações dos países ou, no caso de tráfico interno, das regiões mais pobres. As falsas promessas dos aliciadores encontram terreno fértil nos países e nas classes sociais que mais sofrem pela falta de oportunidades e perspectivas para o futuro. Fica evidente, portanto, que a questão do tráfico humano não pode ser abordada separadamente do aumento das desigualdades sociais, do gradativo empobrecimento de numerosos países, sobretudo no hemisfério Sul e, mais em geral, da questão migratória internacional.

## ITALIANO

### «Traffico di esseri umani: Business da 32 miliardi»

*Paolo Lambruschi*

*Alessandro Calvani è una delle persone che meglio conosce la realtà sommersa del traffico di esseri umani per averla combattuta per anni come direttore dell'Unicri, l'ufficio Onu che contrasta il crimine internazionale. Oggi vive a Bangkok dove dirige il Centro Asean per lo sviluppo. Secondo le Nazioni Unite, sono 12 milioni le vittime del lavoro forzato. Ogni anno sono tra 700.000 e 900.000 le nuove vittime del traffico internazionale che si aggiungono a 2,5 milioni di persone già nel giro. Circa il 20% sono minorenni; quasi l'80% di sesso femminile. Il 79% è stato vittima di sfruttamento a fini sessuali.*

*Quali sono i volumi di affari dei nuovi mercanti di schiavi e i trend per i prossimi anni?*

Abbiamo stime incomplete. Ad esempio oltre 70.000 persone all'anno sono vittime della tratta tra l'Europa orientale e la Russia verso l'Europa occidentale, che crea un guadagno per i trafficanti di quasi tre miliardi di euro l'anno. Il valore della tratta di esseri umani a livello globale corrisponde a circa 32 miliardi di dollari all'anno, di cui 9,7 appartengono al mercato asiatico, dove sono trafficate circa 1,4 milioni di persone all'anno. E solo in Messico la tratta procura ai trafficanti tra i 15 e i 20 miliardi di dollari annui. Se nulla cambia, il trend sarà di crescita, pari almeno alla crescita dell'economia lecita.

*Quali sono le caratteristiche del traffico in Asia?*

Le vittime potenziali aumentano in fretta ovunque c'è distruzione dei tessuti sociali, delle famiglie soprattutto, causati da conflitti e disperazione economica. Il governo thailandese continua il suo impegno per ridurre il fenomeno delle vittime nell'area dei paesi del Mekong. Ma in Myanmar la miseria è cronica soprattutto tra le minoranze etniche, che sono il 40% della popolazione. A volte sono le famiglie a vendere una bambina ai trafficanti per avere il riso per altri tre mesi. In Cambogia è diminuita la povertà ma è cresciuta la disuguaglianza. Il Laos rimane uno dei paesi più poveri della regione. C'è una forte crescita del traffico verso il Sud-Est Asiatico da altre aree del mondo.

*Come sono strutturate le reti dei trafficanti? C'è una regia unica?*

Non c'è una Spectre globale di tipo piramidale come le mafie. C'è però una forte rete diffusa di collaborazioni e collusioni che rende efficienti i traffici in termini di collegamenti tra domanda e offerta, sistemi finanziari, impunità, corruzione di ogni forma di resistenza. Ogni anello della catena del traffico conosce solo l'anello precedente e quello seguente e ottimizza solo quelle due relazioni. Questo metodo minimizza anche l'impatto, peraltro scarso, delle investigazioni e della repressione.

*Nella vicenda degli eritrei rapiti nel Sinai si sospetta vi sia la regia di Hamas e di Al Qaeda. I proventi del traffico di esseri umani vanno a finanziare le attività terroristiche?*

Il prodotto criminale mondiale è una specie di borsa mondiale dei titoli delle imprese di saccheggio globale. Il capitale va dove è più remunerato, dove le azioni crescono più in fretta e con meno rischi. Ovvio che tutte le sinergie sono cercate dovunque possibile. Se un trafficante di persone paga per garantirsi che un camion passi un posto di frontiera o perché un peschereccio entri ed esca da un porto senza che nessuno ci guardi dentro, vuole che non venga massimizzata l'opportunità mettendoci dentro anche soldi, e armi, oltre che esseri umani? In trent'anni in prima linea nelle crisi umanitarie più gravi e nei conflitti più sanguinosi, non ne ho mai visto uno dove capitali illeciti, conflitti e crimini non fossero associati. Il terrorismo ha bisogno di armi, soldi, risorse umane. Il crimine organizzato può fornire soldi e armi in cambio di copertura dei suoi traffici, compresi i rifiuti tossici e i beni forestali. Le risorse umane le forniscono invece l'assenza di

dialogo negli scenari di crisi e gli stati falliti laddove l'economia illecita funziona meglio di quella lecita.

*È migliorata la collaborazione tra polizie per stroncare il traffico di persone?*

Le forze di polizia collaborano molto meglio di dieci anni fa. Ma non si può fermare un fenomeno sociale, economico e in qualche modo un'omissione politica solo usando le manette.

*Che tipo di protezione va assicurata alle vittime della tratta?*

Le vittime della tratta hanno diritto alla protezione come vittime, come testimoni del modus operandi di uno dei crimini più mostruosi del nostro tempo e,

in molti casi, anche come rifugiati, visto che la loro vita sarebbe minacciata se tornassero nel paese di origine.

*Secondo lei l'opinione pubblica è adeguatamente informata?*

Mi pare di no. Se tutti sapessero quello che c'è dietro a queste rapine di dignità umana parecchi si ribellerebbero all'ignavia delle autorità o sfonderebbero le porte di certi postriboli per liberare le vittime.

Fonte:

[http://www.avvenire.it/Mondo/Traffico+di+esseri+umani+Business+da+32+miliardi\\_201101260827549630000.htm](http://www.avvenire.it/Mondo/Traffico+di+esseri+umani+Business+da+32+miliardi_201101260827549630000.htm) - 21.01.2011

## **Suor Bonetti: basta a questo vergognoso mercato della donna**

*Durante la manifestazione di protesta a piazza del Popolo*

ROMA, domenica, 13 febbraio 2011 (ZENIT.org).- “Non possiamo più rimanere indifferenti di fronte a quanto oggi accade in Italia nei confronti del mondo femminile”. E' una constatazione e un appello quelli lanciati questa domenica da piazza del Popolo, a Roma, da suor Eugenia Bonetti, da anni in prima linea contro la tratta degli esseri umani.

Missionaria della Consolata per 24 anni in Kenya, che al suo ritorno nel 1993 ha iniziato a lavorare in un Centro d'ascolto della Caritas di Torino, dove ha conosciuto “il mondo della notte e della strada”, la religiosa ha voluto unire la sua voce a quella delle migliaia di donne riunitesi questa domenica nella Capitale, ai piedi del Pincio, per protestare dopo lo scandalo del caso Ruby e chiedere il rispetto della loro dignità e dei loro diritti.

Tante le donne, di tutte le età, ma anche gli uomini che hanno affollato quest'oggi Roma e che hanno visto alternarsi sul palco di piazza del Popolo esponenti del mondo dello spettacolo e della cultura, così come giornaliste e politiche. Una parte della mobilitazione nazionale dal titolo “Se non ora, quando?”, che ha coinvolto oltre 230 città italiane più una cinquantina di città di tutto il mondo, con italiani che hanno manifestato di fronte al palazzo delle Nazioni Unite a Ginevra o a Parigi, Londra. Gli organizzatori hanno parlato, solo in Italia, di un milione di manifestanti.

“Sono qui per dare voce a chi non ha voce – ha detto suor Bonetti –, alle nuove schiave, vittime della tratta di esseri umani per sfruttamento lavorativo e sessuale, per lanciare un forte appello affinché sia riconosciuta la loro dignità e ripristinata la loro vera immagine di donne, artefici della propria vita e del proprio futuro”.

La religiosa è infatti responsabile dell'Ufficio “Tratta donne e minori” dell'Unione delle Superiori

Maggiori d'Italia, creato in occasione del Grande Giubileo del 2000 e che coordina il servizio di 250 suore appartenenti a 75 congregazioni, impegnate in Italia in 110 progetti, spesso in collaborazione con la Caritas o altri enti pubblici o privati, insieme a volontari e associazioni.

“A nome loro e nostro, che ci sentiamo sorelle e madri di queste vittime – ha affermato con forza –, diciamo basta a questo indegno e vergognoso mercato del mondo femminile”.

Infatti, ha continuato la religiosa, l'immagine veicolata oggi del corpo della donna tende a ridurlo a “oggetto o strumento di piacere, di consumo e di guadagno, misconoscendo invece l'essenziale che lo stesso corpo umano racchiude: una bellezza infinita e profonda da scoprire, rispettare, apprezzare e valorizzare”.

E le notizie di cronaca riguardanti le feste alla villa di Arcore del Presidente del Consiglio, Silvio Berlusconi, al centro delle indagini della Procura di Milano, “ci portano a pensare che siamo ancora molto lontani dal considerare la donna per ciò che è veramente e non semplicemente un oggetto o una merce da usare”.

“In questi ultimi tempi – ha continuato – si è cercato di eliminare la prostituzione di strada perché dava fastidio e disturbava i sedicenti benpensanti. A abbiamo voluto rinchiuderla in luoghi meno visibili, pensando di aver risolto il problema, ma non ci rendiamo conto che una prostituzione del corpo e dell'immagine della donna è diventata ormai parte integrante dei programmi e notizie televisive, della cultura del vivere quotidiano e proposta a tutti, compresi quei bambini che volevamo e pensavamo di tutelare”.

“Tutto questo purtroppo – ha sottolineato – educa allo sfruttamento, al sopruso, al piacere, al potere,

senza alcuna preoccupazione delle dolorose conseguenze sui nostri giovani che vedono modelli da imitare e mete da raggiungere”.

“La donna è diventata solo una merce che si può comperare, consumare per poi liberarsene come un qualsiasi oggetto 'usa e getta' – ha aggiunto suor Bonetti –. Troppo spesso la donna è considerata solo per la bellezza e l'aspetto esterno del suo corpo e non invece per la ricchezza dei suoi valori veri di intelligenza e di bellezza interiore per la sua capacità di accoglienza, intuizione, donazione e servizio, per la sua genialità nel trasmettere l'amore, la pace e l'armonia, nonché nel dare e far crescere la vita”.

Per questo, ha concluso, è giunto il momento perché ognuno dia il proprio contributo e per questo “come religiose rivolgiamo un forte appello alle autorità civili e religiose, al mondo maschile e maschilista che non si mette in discussione, alle agenzie di informazione e formazione, alla scuola, alle parrocchie, ai gruppi giovanili, alle famiglie e in modo particolare alle donne affinché insieme possiamo riappropriarci di quei valori e significati sui quali si basa il bene comune per una convivenza degna di persone umane, per una società più giusta e più libera, con la speranza di un futuro di pace e armonia dove la dignità di ogni persona è considerato il primo bene da riconoscere, sviluppare, tutelare e custodire”.

Alla vigilia della manifestazione Marco Tarquinio, direttore del quotidiano dei Vescovi italiani, “Avvenire”, aveva firmato un editoriale affermando: “ebbene sì, se io fossi una donna domenica sarei in piazza. Non per politichetta, ma per amore. E per ribellione del cuore e della mente, da credente e da persona libera”.

## **UE: una nuova direttiva contro il traffico di esseri umani**

Il 14 dicembre il Parlamento Europeo ha votato una nuova direttiva che impegna tutti gli stati membri nella lotta contro il traffico di esseri umani, un dramma che colpisce principalmente donne e bambini, sfruttati soprattutto per la prostituzione nel 43% dei casi e per i lavori forzati per un altro 32%. Oltre alla prostituzione e i lavori forzati, ci sono però molte altre cause dietro lo sfruttamento di esseri umani: persone obbligate a chiedere l'elemosina, adozioni illegali, sfruttamento della manodopera, traffico di organi... Tutti casi coperti dalla nuova legge europea.

Si tratta di un business lucroso: il secondo per entrate dopo quello delle armi, più redditizio della droga e con un rischio per i trafficanti piuttosto limitato. Per questo, secondo i legislatori, per avere un effetto la legge in questo campo deve dare un

“Ci sarei – aveva scritto – con la speranza di ascoltare voci chiare e consapevoli e accenti nuovi e autocritici su una battaglia per la parità uomo-donna che ha dato frutti importanti e dolci, ma anche agri, e che soprattutto – per vederlo basta avere gli occhi – ha paradossalmente prodotto e radicato nella testa di tanta gente d'Italia anche una vasta, sventata e triste 'pari opportunità' dell'involgarimento, della libertà declinata sino allo sciupio di sé. Il peggio dei sogni al maschile trasformato in realtà”.

“Sarei in piazza, in quella piazza – continuava –, per ribellarmi non solo e non tanto al reato ancora da provare in giudizio di un uomo potente e, come lui stesso dice di sé, 'qualche volta peccatore', ma alla réclame dell'escortismo che è certa ed è provata e che sta appestando i giornali e ci appesta la vita”.

“Ci sarei – aggiungeva – per protestare contro la cartellonistica cialtrona che infesta le vie delle nostre città e contro la televisione sconciata e scosciata del velinismo e dei reality guardoni”.

“Se fossi donna – sottolineava il direttore di 'Avvenire' –, andrei in piazza fra altre donne per chiedermi – e chiedere ad alta voce – che cosa abbiamo insegnato a quelle tante nostre figlie pronte a considerare la vendita di sé un investimento come un altro – perché un errore terribile c'è stato se siamo arrivati sino a qui, e non è solo di queste ragazze belle e confuse, determinate e senza bussola, figlie di madri liberate o fatte sole, di padri assenti o espulsi, di famiglie provvisorie e risolte, come un problema d'aritmetica o un lampeggiante desiderio”.

Fonte: <http://www.zenit.org/article-25564?l=italian> - 13.02.2011

colpo di grazia ai criminali con pene più severe e una sinergia di azioni utili alla prevenzione di qualsiasi traffico di esseri umani.

“La nostra organizzazione ha sempre denunciato l'ampiezza del fenomeno e la sua continua crescita, in Europa come nel resto del mondo - ha dichiarato durante la gestazione della direttiva Raffaele Salinai di Terre des Hommes - e nella lotta a questa moderna forma di schiavitù è necessario arrivare ad un'armonizzazione delle leggi nazionali contro la tratta, ad una migliore assistenza alle vittime e a pene più dure per i responsabili di crimini”.

Il testo, approvato con 643 voti a favore, 10 contrari e 14 astensioni, è il frutto di un compromesso con i Governi dell'Unione europea e il risultato dell'accordo “è molto meglio di quello che credevamo avremmo potuto ottenere”, ha commentato

soddisfatta Anna Hedh, socialdemocratica svedese e relatrice delle commissioni Libertà civili e Diritti delle Donne. "Abbiamo rafforzato la protezione delle vittime, che sarà centrata sui diritti, rafforzata per i bambini e con una chiara prospettiva di genere", ha commentato la Hedth spiegando i miglioramenti apportati al testo originale.

"Le nuove regole faranno un pochino più male", ha ironizzato la Hedth: sono previste, infatti, pene fino a 10 anni, e - elemento fondamentale quanto inedito - la confisca dei beni. Quando saranno coinvolte "persone legali", quindi imprese, associazioni o quant'altro, le sanzioni includeranno anche "l'esclusione dalle gare pubbliche", il "divieto" temporaneo o permanente "di esercitare l'attività commerciale" e la chiusura o la "supervisione giudiziaria" degli stabilimenti.

"La cosa più importante è che ci occupiamo della questione - ha spiegato Edit Bauer, co-relatrice della commissione Diritti delle Donne e popolare slovacca - che la gente non chiuda gli occhi davanti a questa clamorosa violazione dei diritti umani, che ci sia certezza della pena per i criminali e protezione per le vittime". Fondamentale nel testo della legge le assicurazioni per le vittime che "devono poter godere di assistenza e supporto [non solo legale, ma anche medico e psicologico] prima, durante e dopo la procedura giudiziaria" e questo "non deve essere condizionale alla volontà da parte delle vittime di collaborare alle indagini e al processo", ha specificato la Bauer.

Il testo della direttiva stabilisce, inoltre, in maniera esplicita che le vittime non possono essere oggetto di cause giudiziarie o sanzioni pecuniarie, limiti che fino ad oggi frenavano buona parte della volontà di denuncia degli sfruttati. "Gli Stati membri sono, infine, incoraggiati a investire i proventi della confisca sull'assistenza e la compensazione alle vittime, ma anche sull'attività di contrasto transfrontaliera all'interno dell'UE", altro importante argine al traffico di vite.

## Traffico di persone: l'India al primo posto nel mondo

*L'India è il più grande centro al mondo per il traffico di esseri umani legato a prostituzione e lavoro coatto.*

È quanto emerge dal recente Rapporto sul traffico umano del Dipartimento di Stato americano. Secondo lo studio, ogni anno oltre 1,2 milioni di bambini sono coinvolti nel racket della prostituzione, mentre sarebbero circa 100 milioni le persone costrette a lavorare in condizioni di schiavitù.

Il 90% del traffico è interno al Paese e riguarda in modo particolare gli Stati più poveri dell'India come Orissa, Jharkhand, Madhya Pradesh e Chhattisgarh. Madhu Chandra, attivista cristiano per i diritti umani

Ma non esiste solo la vigilanza transfrontaliera per prevenire il traffico e la mercificazione delle persone, e soprattutto in materia di prostituzione, l'elemento chiave è scoraggiare e punire i clienti. Se però la risoluta socialdemocratica svedese Anna Hedh è riuscita a convincere i colleghi in Parlamento, non altrettanto vale per i governi, che in materia hanno mantenuto qualche resistenza.

Anche per questo il testo approvato martedì prevede soltanto un "incoraggiamento" a considerare l'utilizzo dei servizi prestati da persone sfruttate un reato, invitando "i governi" a considerare in un prossimo futuro la possibile introduzione di uno specifico crimine per i clienti. In Italia la legge prevede già questa misura, e molti comuni l'hanno applicata nella lotta alla prostituzione con risultati diversi e non poche perplessità come quella di Pia Cove e rappresentante e co-fondatrice del Comitato per i diritti civili delle prostitute (CDCP).

"Evidentemente non sono state prese in considerazione le molte informazioni che abbiamo inviato ai Parlamentari europei e che dimostrano come criminalizzare i clienti sia controproducente e aumenti la vulnerabilità delle sex workers - ha commentato la Cove - [perché] spesso sono proprio i clienti ad aiutare le donne che si trovano in strada, ma in futuro se rischiano di essere denunciati non lo faranno più".

Un pericolo possibile e comprensibile, ma davanti alla sostituzione dell'inefficace legge sul traffico di esseri umani del 2002 il testo che ha passato il vaglio del Parlamento di Strasburgo questa settimana sembra non lasciare dubbi sul miglioramento di una legge che, a questo punto, darà ai paesi Ue due anni per adottare la nuova direttiva per arginare e prevenire situazioni "che vanno iscritte - conclude Terre des Hommes - nella coerenza delle politiche di lotta alla povertà e del rispetto dei Diritti umani fondamentali. [A.G.]

Fonte: <http://www.unimondo.org/Guide/Guerra-e-Pace/Nonviolenza/UE-una-nuova-direttiva-contro-il-traffico-di-esseri-umani> - 23.12.2010

e segretario dell'All India Christian Council (Aicc), afferma: "Il traffico di uomini e la discriminazione tra i sessi sta crescendo in India e deve essere sotto controllo.

esso include uomini, donne e bambini, che sono vittime - riferisce l'agenzia AsiaNews - di abusi sessuali, matrimoni forzati, lavoro coatto, espianati di organi, accattonaggio e traffico di droga".

Secondo l'attivista il fenomeno coinvolge soprattutto donne e bambini delle caste più basse o dalit, che

subiscono violenze e discriminazioni nei loro stessi villaggi. Il turismo sessuale resta la principale fonte di profitto, con un giro d'affari che nel 2009 ha raggiunto il miliardo di dollari, il 30% in più rispetto agli anni precedenti. Il principale centro per la prostituzione è Mumbai, dove il prezzo per una bambina tra gli otto e nove anni di pelle chiara è di circa 2.500 dollari a notte, mentre un bambino dalla pelle scura è venduto per circa 2.000 dollari.

I trafficanti negano alle vittime cibo e acqua, se non eseguono tutte le richieste del cliente. Padre Gregory Monterio, sacerdote e operatore sociale di Calcutta, dice che queste violazioni dei diritti umani mostrano che l'India è un Paese fragile. "La società civile e le autorità – afferma – deve porsi delle domande e rispondere in modo adeguato a questo problema".

Fonte: <http://sites.google.com/site/halbadiena/cv/z-archivio-home/traffico-di-persone-in-india-al-primopostonemondo> - 10.01.2011

## **Thailandia. Traffico di madri vietnamite "in affitto", fermata organizzazione thai**

*La società "Baby 101" offriva uteri e neonati tramite il proprio sito web. Le donne, tutte vietnamite, venivano pagate circa 5 mila dollari a bambino. Il rimpatrio in Vietnam dovrebbe avvenire entro la prossima settimana. di Weena Kowitzanij*

Bangkok (AsiaNews) – La polizia di Bangkok ha smascherato un'organizzazione thai che obbligava donne vietnamite ad avere bambini per poi venderli. Le forze dell'ordine si sono mosse dopo che alcune di queste donne hanno contattato l'Ambasciata del Vietnam rivelando i traffici di cui erano vittime. I membri del gruppo "Baby 101", questo il nome della società, sono ora agli arresti con l'accusa di traffico di esseri umani. Jurin Laksanawisit, ministro della Sanità, ha definito il giro d'affari "illegale e inumano". E ha aggiunto che in alcuni casi "è come se queste donne siano state stuprate". Queste donne accettavano di affittare il proprio utero in cambio di denaro, perché provenienti da famiglie molto povere.

Il generale Pansak Kaseamsant, vice commissario dell'Ufficio immigrazione, ha spiegato che "la società Baby 101 forniva madri in affitto prendendo ordini via mail e telefono attraverso il proprio sito internet". Le pagine web mostravano foto di donatori di bell'aspetto, case eleganti e cliniche di lusso dotate di giardini e piscine. Gli "acquirenti" erano coppie – anche straniere – che non potevano avere figli.

Il ministro Laksanawisit, dopo aver fatto visita a una "mamma" ricoverata all'ospedale pubblico della provincia di Minburi, ha dichiarato che "la donna, di 31 anni, ha confessato di aver affittato il suo utero per 5.500 dollari: la sua famiglia è molto povera, e le era stato promesso un facile guadagno". I responsabili di Baby 101 garantivano a queste donne la legalità di tale pratica. In realtà, appena arrivate in Thailandia sequestravano loro i

passaporti, e minacciavano chi cambiava idea di dover pagare un risarcimento di 1000 dollari.

Le vittime di questa tratta si trovano ora al sicuro nella residenza "Kredtrakarn", un centro di protezione e sviluppo occupazionale nella provincia di Nonthaburi. Issara Somachai, ministro per lo Sviluppo sociale e la sicurezza umana in Thailandia, ha fatto loro visita e ha dichiarato: "Quindici vietnamite sono ora nella Baan Kredtrakarn [nome con cui è conosciuto il centro]. Sette di loro sono incinte. Altre due hanno già partorito – un neonato è di un mese, l'altro di appena sette giorni. Insieme a loro, anche altre sei ragazze non in stato di gravidanza". Somachai ha spiegato: "Queste donne vogliono tornare in Vietnam insieme ai bambini. Tutte affermano di essere alla prima 'esperienza' come madri surrogate".

Il 1° marzo scorso il ministro della Salute Laksanawisit ha incontrato i rappresentanti del ministero per lo Sviluppo sociale e la sicurezza umana, il Consiglio medico e il Royal College di ostetricia e ginecologia per decidere del futuro di queste donne. Al termine dell'incontro, il Ministro ha dichiarato che "queste madri verranno rimandate a casa la prossima settimana, con la collaborazione del ministero degli esteri thailandese e l'Ambasciata del Vietnam in Thailandia, secondo il protocollo d'intesa vigente tra i due Paesi".

Fonte: <http://www.asianews.it/notizie-it/Traffico-di-madri-vietnamite-%E2%80%99Cin-affitto%E2%80%9D,-fermata-organizzazione-thai-20916.html> - 02.03.2011

## **Asia/Pakistan - Le persone con disabilità in pericolo di cadere vittime della tratta**

Karachi (Agenzia Fides) - Vivere con una disabilità in una città come Karachi è già abbastanza difficile, ora si è aggiunto anche il problema del traffico di queste persone, destinate a mendicare nei paesi limitrofi. In una nota recentemente diffusa dalla

polizia pakistana del distretto Khairpur di Sindh, si legge che centinaia di persone disabili sono oggetto di tratta, molti provengono dalla provincia meridionale di Sindh, e sono destinati all'Iran. Negli ultimi mesi circa 300 persone con disabilità sono

state portate nel paese asiatico per chiedere l'elemosina, ma si teme che potrebbero essere molte di più. "La banda dei trafficanti si sta allargando in tutta la provincia" ha dichiarato Salam Dharejo, responsabile della ong per la tutela dei diritti dei bambini lavoratori.

La tratta è un problema crescente in entrambi i distretti di Khairpur e Shikarpur. In Iran, i pakistani disabili, bambini e adulti, mendicano fuori dei santuari o delle moschee. Altri vengono semplicemente rapiti con la conseguente richiesta di riscatto. Secondo il Rapporto 2010 sul traffico degli esseri umani, curato dal Dipartimento di Stato degli Stati Uniti, il Pakistan è definito un paese "Tier 2", ossia uno di quelli "i cui governi non sono pienamente conformi alle norme minime del Trafficking Victims Protection Act's, ma che stanno compiendo sforzi significativi per mettersi in conformità con tali norme".

Nel Rapporto si legge ancora che il Pakistan è "un paese che fa da fonte, transito e destinazione di uomini, donne e bambini sottoposti al traffico di

persone, in particolare al lavoro forzato e alla prostituzione". Sin da bambini, ai disabili viene detto che non sono buoni a nulla e che dipenderanno per sempre dagli altri. Sono pesantemente svantaggiati nel settore educativo e spesso quelli provenienti da famiglie povere sono destinati a mendicare. Secondo le stime del governo pakistano, nel 2009 i disabili nel paese erano 6.789, ma da uno studio dell'agenzia giapponese per lo sviluppo, JICA, risultano essere il 2.49% su 165 milioni di abitanti. Il 2% dei lavori governativi sono destinati ai disabili, ma devono risultare registrati. Spesso sono autorizzati all'assistenza medica gratuita e alla riabilitazione in tutti gli ospedali federali del governo. Tuttavia, molti non sono registrati e non hanno un reddito fisso, e spesso sono costretti a chiedere l'elemosina per le strade. Queste persone hanno poche opportunità a disposizione per guadagnarsi da vivere in qualsiasi altro modo. (AP) (15/3/2011 Agenzia Fides)

Fonte:

<http://www.fides.org/aree/news/newsdet.php?idnews=35913&lan=ita> -  
15.03.2011

## PORTUGUÊS

### Entrevista - Thalita Ary: Globalização facilita o tráfico de pessoas

Além dos esforços de governos e movimentos sociais para combater e prevenir o tráfico de seres humanos, considerado a escravidão dos tempos modernos, estudiosos e pesquisadores, também têm se interessado em pesquisar sobre o assunto.

Um exemplo é o da advogada Thalita Carneiro Ary, defensora dos Direitos Humanos, que resolveu investigar sobre a evolução e a realidade deste crime incorporado ao cenário internacional, em sua pesquisa de mestrado, para o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade de Brasília (UnB), intitulada de "O Tráfico de pessoas em três dimensões: evolução, globalização e a rota Brasil-Europa".

Uma das conclusões da pesquisadora é que "o crime do tráfico de pessoas se apresenta como parte de um contexto no qual a globalização propicia e facilita a ação da criminalidade transnacional, transformando-o num assunto de extrema relevância para a comunidade internacional". Confira a entrevista.

*Adital - Por que você resolveu dedicar um trabalho acadêmico ao tema do tráfico de seres humanos?*

Thalita Ary - Eu sempre gostei da temática dos Direitos Humanos, tendo me dedicado a desenvolver projetos científicos nessa área durante a faculdade, além de ter estagiado na Corte

Interamericana de Direitos Humanos. Como minha trajetória acadêmica sempre abordou esse assunto, resolvi seguir a mesma linha no Mestrado. Escolhi o Tráfico de Seres Humanos porque, além da atualidade do tema, é uma questão que afeta diretamente minha cidade, Fortaleza (CE), e já tinha conhecido pessoas que trabalhavam e pesquisavam sobre a matéria.

*Adital - Em sua pesquisa, você faz uma análise entre os anos 1990 e 2008. Quais documentos e fontes serviram de base para o trabalho?*

Thalita Ary - As fontes primárias utilizadas foram os relatórios do Ministério da Justiça, dados fornecidos diretamente pela Polícia Federal, inquéritos e processos policiais; além de relatórios das Nações Unidas e UNODC; e dados obtidos nos sites eletrônicos dos órgãos da União Europeia. Ademais, a pesquisa bibliográfica, através de livros e artigos científicos, foi vastamente utilizada.

*Adital - Em seu trabalho você afirma que a globalização seria a grande facilitadora do tráfico de pessoas. De que forma a globalização pode ter impulsionado a ocorrência deste crime?*

Thalita Ary - O processo conhecido como globalização modificou alguns parâmetros relativos à mobilidade de pessoas entre as fronteiras dos países. A livre circulação de capitais e mercadorias também foi acompanhada pela maior liberdade na



circulação de pessoas. Com isso, a ação de grupos organizados transnacionais acabou sendo facilitada, uma vez que passou a ser mais simples a execução do segundo estágio do crime: o transporte das vítimas para sua posterior exploração.

*Adital - A globalização não poderia ter alertado e tornado mais visível a ocorrência deste crime, ao invés de simplesmente ter estimulado a sua prática?*

Thalita Ary - A globalização é um fenômeno que transformou uma realidade anterior e que foi propiciado pelos avanços tecnológicos advindos da Terceira Revolução Industrial. Nesse sentido, não se pode falar em globalização alertando a ocorrência de certos crimes que vieram a se tornar mais visíveis por conta dela.

O que acontece atualmente é um movimento que se desenvolve na contramão dessa plena liberalização das fronteiras a partir do recrudescimento de medidas migratórias, principalmente por parte de Estados Unidos e União Européia. Portanto, a resposta para se combater tanto o crime da migração ilegal quanto do tráfico de pessoas tem sido políticas de migração restritivas, o que, em minha opinião, não é a melhor solução para se enfrentar o problema.

*Adital - De acordo com seu estudo, o número de inquéritos policiais para investigar o tráfico de pessoas era de apenas 1 em 1990, ultrapassando os 100 a partir de 2005. A que se deve esse crescimento no número de inquéritos sobre o tráfico humano?*

Thalita Ary - Pelo fato de o Brasil figurar na desonrosa lista de um dos principais países de origem para as vítimas do tráfico de pessoas, as Nações Unidas firmaram parceria estratégica com o

governo brasileiro para tratar da questão em três esferas: a repressiva, preventiva e de assistência às vítimas. Esse projeto foi a base para a política brasileira de combate ao tráfico de pessoas. Portanto, o aumento de inquéritos e o importante trabalho do Ministério Público, na seara repressiva do tráfico de seres humanos, se deve tanto à notoriedade do tema em âmbito internacional quanto aos esforços mencionados no cenário interno.

*Adital - Você também compara a quantidade de inquéritos entre estados brasileiros, como Goiás e Ceará, e diz que a análise por estado aponta para uma forte desigualdade que é atribuída a fatores locais. Quais seriam estes fatores locais?*

Thalita Ary - Apontar as razões pelas quais tais Estados são os principais pontos de origem das vítimas do tráfico perpassa razões atinentes apenas à desigualdade social. Quanto à Fortaleza, um importante fator impulsionador do crime é a proximidade ao continente europeu, principal destino das vítimas brasileiras. O que tem sido feito no cerne do Plano Brasileiro de Combate ao Tráfico de Pessoas é a criação de centros regionais, para que os objetivos contidos no plano sejam descentralizados e atinjam os Estados que apresentam os números mais alarmantes. A tendência é que esses centros venham a ser criados em todos os Estados da federação, pois colocaria em prática a vertente preventiva até mesmo nas localidades onde não exista a ocorrência do referido crime.

Fonte:

[http://www.adital.com.br/hotsite\\_trafico/noticia.asp?lang=PT&cod=50001](http://www.adital.com.br/hotsite_trafico/noticia.asp?lang=PT&cod=50001)  
- 11.08

## **Pobres, jovens e reféns da moderna barbárie**

Nicole [nome fictício] saiu aos 11 anos de casa, quando o pai a entregou para um fazendeiro. Abusada desde então, saiu dessa situação só aos 17 anos, quando entrou para a prostituição e foi embora para a Espanha. A trajetória da adolescente, hoje adulta, é um dos vários casos que povoam a pesquisa nacional que há mais de uma década tentou mapear no Brasil as rotas do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual ou de comércio. A pesquisadora baiana Maria Lúcia Pinto Leal, 51, que coordena na Universidade de Brasília (UnB) o Grupo de Pesquisa sobre Violência, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças, Adolescentes e Mulheres, esteve à frente dos trabalhos da Pestráf - Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual

Comercial -, que mapeou mais de 240 rotas de tráfico de pessoas no país.

Graduada em Serviço Social e pós-doutorada pelo Programa Pós-Colonialismos e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de Portugal, Maria Lúcia Leal esteve em Belém essa semana para palestras realizadas na Universidade Federal do Pará. Ela concedeu entrevista ao DIÁRIO em conversa com os editores Lázaro Magalhães e Aline Monteiro:

*P: A senhora afirma que o tráfico de pessoas é um fenômeno transnacional muito forte e lucrativo, num mercado que está apenas atrás dos comércios de drogas e armas. Que números são esses?*

R: Quando coordenamos a primeira pesquisa do Brasil, e a única em âmbito nacional, sobre tráfico de mulheres e crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, tivemos muita dificuldade de quantificar, porque é uma coisa bastante complexa que envolve a proteção às vítimas. O que conseguimos quantificar no Brasil em 2000 foram 131 rotas internacionais e 110 nacionais. Para o Norte, detectamos naquela época 45 nacionais e 35 rotas internacionais. São dados extraídos de inquéritos e processos e de informações prestadas pelas redes de enfrentamento à violência sexual em cada região brasileira. Aqui no Norte chegamos a identificar rotas para Paramaribo, Venezuela, Bolívia e Peru. Nessas fronteiras secas esse trânsito de crianças e adolescentes é muito grande. O problema é que a fronteira é uma nação totalmente distinta do Estado, do município. Ali você transita com outro tipo de organização.

Como uma adolescente atravessa uma fronteira para a Venezuela numa área onde você tem a presença de órgãos públicos como a Polícia Federal? Quando passa num táxi, no ônibus ou dentro do caminhão... como é feita essa fiscalização? Porque nenhuma criança ou adolescente pode atravessar fronteira alguma que não seja sob a responsabilidade dos pais ou de um adulto responsável que tem que ter alguma documentação para levar... Então o que há é uma contradição entre a relação de proteção e desproteção de responsabilidade do Estado, especialmente quando se trata de executar a legislação. Nós sabemos que criança e adolescente, no contexto de tráfico, é crime. E o que é o tráfico? É o recrutamento, transporte ou alojamento de pessoas sob condições de coerção, violência, sem consentimento. Para aliciar é preciso que eu tenha uma rede que me dê um respaldo. Eu preciso transportar, seja por via aérea, fluvial ou terrestre, depois preciso alugar essas pessoas em hotéis... ou seja, você utiliza o padrão formal, que não é ilícito, para fortalecer esse ato criminoso.

*P: E aí se percebe como o controle é frouxo...*

R: Absolutamente frágil. E quando essa menina, menino, jovem, mulher ou transexual, está sob essas condições, ele está sendo vigiado por essa rede criminosa. Então existe muita convivência, muita omissão, porque o tráfico de pessoas é um objeto rentável.

*P: Há uma rede de corrupção também?*

R: Há uma rede de corrupção e de exploradores que facilita o comércio de seres humanos para consolidar o tráfico nas suas diversas modalidades. Há mais de duas décadas eu estudo a exploração sexual. Percebemos que as rotas não mudaram. Só têm se ampliado de acordo com as

dificuldades. Quando se fecha o cerco, aquela rota é desmontada e surge outra. Mas para uma rota se consolidar precisa ter mecanismos de escoação dessa massa humana: onde há aeroportos, portos etc.

*P: Quais são essas principais rotas?*

R: No caso da Europa, nós exportamos muitas mulheres, transexuais, e adolescentes, principalmente para Portugal e Espanha. Essa população sai do Centro Oeste, por Goiás, mas migra de diversos Estados, da Bahia, Tocantins... não significa que sejam goianas. Geralmente é gente das classes populares. É uma população que está em situação histórica de precarização das suas relações sociais. Pouco tiveram experiência concreta com o trabalho formal. São experiências de vida muito difíceis. Essa população em sua maioria tem uma trajetória social de violação dos direitos, tanto do Estado em relação a elas como da sociedade com elas. Sobretudo com um mercado guloso, ávaro, que precisa dessa população para extrair a sua força de trabalho das formas mais escusas e cruéis. Então o tráfico para trabalhos forçados, de órgão, de mulheres, crianças, ou para fim de exploração sexual, é uma realidade que conta uma história de toda a nossa sociedade. Tem a ver com o êxodo rural, com as urbanizações desordenadas e com projetos de desenvolvimento que não respeitam relatórios de impacto ambiental. Estou propondo uma discussão em Brasília sobre o Rima social. Temos o Rima que protege o ambiente, mas temos que ver também o impacto das relações culturais e sociais. Muitos desses grandes projetos [de desenvolvimento] carregam milhares de homens, que carregam outras formas de comércio, que levam à exploração, uma delas é a exploração sexual. Hoje a Polícia Federal já lista mais de três mil rotas de exploração de crianças e adolescente em todo Brasil. Isso significa que falhou o prefeito, a escola, a saúde, a política de controle, a família... então é uma falência total

no município.

*P: A política nacional de enfrentamento ao tráfico, estabelecida em 2006, supõe que se tenha uma relação integrada de políticas de saúde, de trabalho, de justiça, para fazer com que essas populações fiquem menos vulneráveis...*

R: O plano nacional é bem intencionado, com ampla participação, embora sem o movimento de profissionais do sexo. Tanto que há uma crise em relação a isso. Determinada ala diz que a política criminaliza a prostituta adulta. E quando o Estado não quer resolver efetivamente a questão social, ele criminaliza a população. É uma política higienista. Quando o Estado não consegue traduzir essas necessidades de proteção social dentro da

afirmação do estado forte, ele busca políticas de higienização e repressão.

*P: Não é uma prática só do Brasil...*

R: A Espanha tem feito isso, Portugal tem feito isso. Quando os países do Norte querem o imigrante para desenvolver sua produção em cima de mão de obra barata, as fronteiras estão abertas. Mas quando há uma crise profunda de capital como a que está acontecendo hoje na Europa, então eles se fecham a essas populações. No caso de mulheres que vão para lá para trabalhar no mercado do sexo, elas sofrem a xenofobia de várias formas, primeiro por serem latinas e depois por estarem trabalhando numa profissão de baixo status social. Embora haja leis internacionais de proteção, esse diálogo também não está muito afinado. Em alguns países da Europa a prostituição é crime, noutros não.

*P: No Brasil não é?*

R: Com a Constituição de 88, esperançosos estávamos de que poderíamos construir políticas públicas e sociais mais afinadas com os interesses da população. Certamente de lá para cá houve alguma alteração. A Bolsa Família conseguiu atingir essas populações? Os conselhos tutelares em todos os municípios do Brasil estão conseguindo fazer o controle das políticas públicas municipais? Quando eu fiz a matriz de minha pesquisa em 2004, quando cruzei a exploração sexual com a oferta dos problemas sociais, entendi que havia um padrão mínimo em cada município desses. O que acontece em cada município com relação ao plano nacional de combate ao tráfico? É preciso que as políticas conversem entre si. Dentro do plano, existem três eixos, a proteção, a promoção e o controle. E isto tem que ser desenvolvido pela gestões públicas. A política tem que estar preocupada mais com os direitos humanos da criança do que com o consumidor.

*P: Por que o combate ao crime de tráfico de pessoas ainda não é uma prioridade?*

R: A minha provocação é com as gestões públicas municipais. O que é que está acontecendo? Essas gestões públicas têm que colocar na pauta o plano nacional de enfrentamento à exploração contra crianças e adolescentes. Tem que ter gente capacitada para isso. Não é possível você colocar um prefeito que não conheça o plano nacional de enfrentamento.

*P: No Pará, o índice hoje é de 85% de reprovação só das contas apresentadas ao Tribunal de Contas dos Municípios...*

R: Não se constrói o município com um gestor que ignora o conhecimento técnico em favor do crescimento político. Isso é politicagem. Isso é crime. Esse cara tem que sair. Ele está fazendo um desserviço à comunidade. A sociedade tem que estar alerta para isso. A comunidade tem que participar. A grande estratégia é a participação. A maior banda da sociedade está desorganizada.

*P: Qual sua avaliação da legislação brasileira. É adequada? E há avanços ou propostas de leis internacionais para conter o tráfico humano?*

P: Com os dados que a pesquisa apresentou em 2006 foi impulsionada a política nacional de enfrentamento. Foi uma mobilização muito grande a articulação em âmbito internacional gerou planos bilaterais com Portugal Espanha, Paraguai, Venezuela e Bolívia. E a Lei 231 do Código Penal, que citava o tráfico internacional de mulheres para fins de prostituição, agora foi mudada. Cita o tema como tráfico internacional de pessoas. Mas ela ainda é uma lei que sofre bastante críticas do movimento de mulheres e trabalhadoras do sexo, porque elas acham que ela restringe a exploração sexual e faz uma relação direta com a prostituição. Ou seja, criminaliza a prostituição. As leis vão se modificando à medida que a sociedade vai se mobilizando. Lei nenhuma muda sozinha. Tem que ter um rebatimento, no sentido de garantir direitos do cidadão. A minha orientação é que as pessoas que estão nessa situação se organizem para participar da construção dessas leis, desses planos, desses projetos. Agora, criança e adolescente não pode ficar numa situação insalubre. Isso é inegociável. Elas têm que estar na escola e não no mercado do sexo. Têm que ter formação profissional, têm que receber cultura. Pais que vendem os corpos e almas dos próprios filhos... isso para mim é uma barbárie social. Essas vítimas [do tráfico de pessoas] estão em situação de total omissão do Estado, da sociedade e da família. Elas se seguram naquele trampolim, e quando se dão conta, caem naquela rede, que é a rede de proteção do Estado, e ela está furada. Aí quem as segura é a rede de exploradores. E isso não resulta em outra coisa senão a barbárie, a exploração sexual e até mesmo o óbito.

Fonte: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-128660-POBRES++JOVENS+E+REFENS+DA+MODERNA+BARBARIE.html>  
– 06.03.11

## **Tráfico de seres humanos; o desafio do Brasil**

*O Senado acaba de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, em especial suas causas, consequências, rotas e responsáveis.*

José Eduardo Cardozo e Paulo Abrão

O tráfico de pessoas é um dos grandes problemas a serem enfrentados pelas autoridades em todo o mundo, não somente pelos métodos cruéis e pela complexidade do crime, mas pelo fato de afrontar diretamente a condição humana.

As vítimas, sejam elas mulheres, crianças, adolescentes ou homens, invariavelmente são transformadas em objetos e são privadas de liberdade, de autonomia e também de seus projetos de vida.

Trata-se de um drama de dimensão transnacional. O Brasil é um país de origem, de destino e de passagem para as rotas de tráfico internacional de pessoas. No âmbito nacional, a exploração é feita contra concidadãos. Esquemas criminosos são montados para alcançar pessoas em situação de vulnerabilidade com a finalidade de prestarem serviços forçados, de servidão, de exploração sexual ou para fins de remoção e circulação de órgãos e células humanas.

Para se viabilizar, o crime organizado globalizado apropria-se dos avanços tecnológicos, da ampliação dos fluxos migratórios, da miséria social, da vulnerabilidade das fronteiras e da precarização das relações de trabalho.

Ainda em 2001, o Brasil iniciou seu trajeto no combate a esse tipo de crime ao efetivar uma cooperação técnica internacional, assinada entre a Secretaria Nacional de Justiça e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime.

A ratificação do Protocolo de Palermo, instrumento internacional de combate a esse crime, cuidou da inclusão e da previsão de ações e políticas públicas focadas em três eixos: a prevenção, a repressão e a proteção às vítimas.

Uma Política Nacional e um Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas estão

vigentes e têm exigido uma ação integrada entre os ministérios da Justiça, da Saúde, do Trabalho e Emprego e as secretarias de Direitos Humanos e de Proteção à Mulher.

No âmbito do Ministério da Justiça, esforços são envidados pelos profissionais de segurança pública no aperfeiçoamento de técnicas de investigação, na capacitação de profissionais e na realização de operações de inteligência.

Recentemente, firmou-se um protocolo para ações prioritárias e conjuntas entre os ministros da Justiça do Brasil, da Argentina, da Espanha e de Portugal, que já estão sendo implementadas.

Os núcleos estaduais e os postos avançados de enfrentamento ao tráfico de pessoas, fruto de parcerias federativas entre Estados e municípios, atuam estratégica e diretamente na esfera de conscientização, mobilização, monitoramento, repressão ao crime e atenção às vítimas por meio de medidas articuladas com a sociedade civil.

Ainda assim, a barbárie se expande. Estimativas globais da ONU indicam que, a cada ano, cerca de 30 bilhões de dólares são movimentados e que mais de 2 milhões de pessoas são traficadas. Dessas, metade tem menos de 18 anos e 80% são exploradas sexualmente. Por esses motivos, a iniciativa do Senado é muito bem-vinda.

Neste momento, em ambiente investigativo republicano, a CPI é uma oportunidade privilegiada para gerar a necessária visibilidade a uma das piores lesões contra a humanidade, para alertar a sociedade e para ampliar reformas legais e o aperfeiçoamento das atuais políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Fonte:

[http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_secao=1&id\\_noticia=154244](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=154244) – 15.05

## O ultra-lucrativo tráfico humano

*Estudo da ONU revela: alimentada pelas restrições anti-migratórias, ação das quadrilhas que ajudam a cruzar fronteiras tornou-se mais lucrativa que venda de drogas*

No México, o tráfico de imigrantes é muito mais lucrativo no México do que o tráfico de drogas. Segundo o representante do Escritório das Nações Unidas para o Controle das Drogas e a Prevenção do Delito, Antonio Mazzitelli, somente em 2010, o tráfico de indocumentados na fronteira com os Estados Unidos deixou lucros de 6.600 milhões de dólares, o que supera consideravelmente os benefícios do narcotráfico.

“Calcula-se que no ano passado o tráfico de migrantes para a fronteira norte com os EUA produziu ao redor de 6.600 milhões de dólares no país, o que supera os recursos obtidos pelos carteis do narcotráfico aos Estados Unidos”, destacou Mazzitelli, no marco de sua participação no Fórum de Migração e Trata de Pessoas, realizado em Tuxtla Gutiérrez, capital de Chiapas (sudeste do país). Comentou que, em média, cada migrante mexicano paga entre 1.000 e 2.000

dólares. No entanto, precisou que no caso dos centro-americanos, a cifra seria maior.

O funcionário internacional precisou que as redes criminosas que se dedicam ao tráfico de indocumentados “converteram-se em indústrias transnacionais”, que obtêm benefícios daqueles que querem migrar de seus países e os utilizam como “mulas” para transportar drogas sem importar-lhes se isso coloca suas vidas em risco. (...)

O funcionário internacional deixou claro que o tráfico de indocumentados para a fronteira norte é maior do que “o que podem mover de cocaína da Colômbia para os Estados Unidos”.

*ONU: México entre os países com mais peso no que se refere à trata de pessoas, ao mercado sexual e comercial*

Segundo os estudos do Escritório das Nações Unidas para o Controle das Drogas e a Prevenção do Delito (ONUDD), o México se encontra entre os primeiros países do mundo por peso do negócio de trata de pessoas e por desenvolvimento de redes dedicadas às operações de contrabando e traslado de vítimas. Em grande medida isso se deve à localização geográfica do país: extensas fronteiras com os Estados Unidos no norte; Guatemala e Belize no sul; e sua posição entre dois oceanos o convertem em uma zona muito vulnerável ante esse problema.

Os altos índices de migração ilegal no México contribuem para o desenvolvimento da violação dos direitos de milhares de pessoas que tornam-se vítimas da demanda de serviços sexuais e de mão de obra barata. Segundo os dados do Instituto Nacional de Migração mexicano (INM), no território do país operam mais de cem organizações dedicadas à trata de migrantes.

As principais vítimas da denominada “escravidão do século XXI” são, em primeiro lugar, crianças e mulheres, os mais vulneráveis ante a privação de liberdade, que constituem em mercado de

exploração sexual e comercial e de trabalho forçado. Segundo o Instituto Nacional de Estadística e Geografía (Inegi) do México, anualmente, no país latino-americano se encontram em situação de exploração entre 16.000 e 20.000 crianças, dos quais 80% têm entre 14 e 17 anos de idade.

*Avanços das políticas públicas para combater a trata de pessoas no México*

No marco do Fórum Internacional de Migração e Trata de Pessoas, o presidente da Associação Nacional de Conselhos de Participação Cívica, Marcos Fastlicht Sackler, convocou a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e a Organização das Nações Unidas (ONU) para somar-se à elaboração de políticas que assegurem soluções eficazes para os problemas da trata de pessoas no país, pois esse problema não conhece fronteiras e deve ser combatido com a cooperação internacional.

No entanto, apesar da grande dimensão que, no México, adquire o traslado de indocumentados e a trata de pessoas, as medidas aplicadas tanto pelo governo federal quanto pelos governos dos Estados já dá seus frutos: a matéria está sendo discutida no âmbito do legislativo.

Em 2007, foi promulgada a Lei para Prevenir e Sancionar a Trata de Pessoas e seu regulamento, em âmbito federal, foi publicado em fevereiro de 2009. Recentemente, a Comissão de Pontos Constitucionais do Senado da República aprovou as reformas dos artigos 19, 20 e 73 da Lei Geral referente ao problema da trata de pessoas para que esse crime seja considerado um delito da mesma gravidade que o sequestro, a violação, o homicídio doloso ou a delinquência organizada. Segundo ditame, todo tipo de trata de pessoas merece prisão preventiva sem direito à fiança, contrário do que acontece atualmente.

Fonte: <http://ponto.outraspalavras.net/2011/04/06/onu-trafico-de-imigrantes-mais-lucrativo-narco trafico/> - 06.04

## **Escravidão de imigrantes é flagrada em oficina ligada à Marisa**

*Etapas do processo desde o aliciamento até as lojas do magazine foram apuradas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP), que aplicou 43 autos de infração, com passivo total de R\$ 633,6 mil*

*Por Maurício Hashizume*

São Paulo (SP) - A ligação entre o trabalho escravo de imigrantes sul-americanos e a Marisa, uma das maiores redes varejistas do país, foi atestada por um novo rastreamento de cadeia produtiva do setor de confecções.

Etapas do processo que se inicia no aliciamento e termina nas lojas do grande magazine foram apuradas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP), que responsabiliza a Marisa em 43 autos de infração, com passivos da ordem de R\$ 633,6 mil - dos quais

R\$ 394 mil se referem à sonegação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Os auditores exigem também que a empresa faça o registro dos envolvidos, promova a rescisão indireta e pague os direitos correspondentes.

O ponto de partida foi uma operação fiscal da SRTE-SP realizada no último dia 18 de fevereiro, que inspecionou todas as instalações de uma pequena oficina de costura registrada como Indústria de Comércio e Roupas CSV Ltda., em nome do boliviano Valboa Febrero Gusmán.

No sobrado da Igreja "Boas Novas de Alegria" localizado na Vila Nova Cachoeirinha, Zona Norte da capital paulista, a fiscalização encontrou 16 pessoas de nacionalidade boliviana (uma delas com menos de 18 anos) e um jovem peruano trabalhando em condições análogas à escravidão na fabricação de peças de vestuário feminino para a Marisa, que se apresenta como "a maior rede de lojas femininas do país".

De acordo com o site da empresa, são "mais de 220 lojas espalhadas por todas as regiões do país"; "mais de 90 milhões de peças vendidas" e "mais de 44 milhões de clientes" frequentam as unidades da rede por ano.

Nenhum dos trabalhadores que pilotavam as máquinas de costura tinha Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada. Todos manejavam peças de um lote da Marisa. A etiquetagem com a marca (veja foto ao lado) era inclusive feita no local.

Foram apreendidos cadernos com anotações que remetem diretamente a cobranças ilegais de passagens da Bolívia para o Brasil, a "taxas" não permitidas de despesas designadas com termos como "fronteira" e "documentos" - o que, segundo a fiscalização, consiste em "fortes indícios de tráfico de pessoas" -, ao endividamento por meio de vales e a descontos indevidos nos salários. Há registros de "salários" de R\$ 202 e de R\$ 247, menos da metade do salário mínimo (R\$ 510) e menos de um terço do piso da categoria (R\$ 766).

Vários problemas graves no campo de saúde e segurança do trabalho também foram detectados. As instalações elétricas estavam completamente irregulares. Os extintores, com a carga vencida, ficavam ao lado de tecidos amontoados, com alto risco de incêndio, Cadeiras não respeitavam padrões mínimos de qualidade. Uma criança, filha de uma das operárias, estava exposta a acidentes com o maquinário.

As jornadas de trabalho começavam às 7h e chegavam a se estender até às 21h. Nos sábados, o turno transcorria das 7h às 12h, com o restante do fim de semana livre, conforme depoimentos colhidos pela Repórter Brasil, que acompanhou a fiscalização

in loco. As refeições eram feitas de modo improvisado nos fundos do mesmo cortiço que abrigava a oficina. O irmão do dono da CSV permanecia todo o tempo junto com os trabalhadores e atuava como um vigia permanente dos imigrantes.

Os alojamentos também não seguiam normas básicas. Em apenas um cômodo mal iluminado nos fundos de um dos imóveis, construído para ser uma cozinha (veja foto abaixo), sete pessoas dormiam em três beliches e uma cama avulsa. Infiltrações, umidade excessiva, falta de circulação de ar, mau cheiro e banheiros precários completavam o cenário de incorreções. Não havia separação adequada das diversas famílias alojadas na mesma construção.

"A fiscalização se comprometeu, ao lançar a iniciativa do Pacto Municipal Tripartite contra a Fraude e a Precarização, e pelo Trabalho e Emprego Decentes em São Paulo, a intensificar as ações nesse setor da economia", coloca o auditor Renato Bignami, que atuou no caso. "Não há distinção de qualquer natureza no sentido de privilegiar determinada empresa em detrimento de outra. Mas tendo em vista nossa escassez de recursos, a SRTE/SP busca priorizar as principais empresas beneficiárias dessa situação, fiscalizando-as e buscando fazer com que cumpram a legislação de proteção ao trabalho".

Na avaliação da médica e auditora fiscal Teresinha Aparecida Dias Ramos, que também fez parte da comitiva e checkou até a receita médica de uma das trabalhadoras com doença de pele, as vítimas do trabalho escravo na oficina de costura CSV estavam expostas a distúrbios respiratórios, problemas ergonômicos, e justamente a enfermidades dermatológicas, além das condições psicossociais indesejáveis, por causa do medo constante.

#### *Cadeia produtiva*

Quando chegaram à CSV, os auditores encontraram um representante da trinca de empresas Dranys Confecções Ltda., Elle Sete Confecções Ltda. e Gerson Cesar de Almeida Confecções ME. A Dranys tem loja própria e é a marca mais comercial. A Elle Sete compra os tecidos, faz o primeiro corte e dispõe de um cadastro de subcontratadas que executam a parte mais substantiva de costura das peças. A Gerson de Almeida presta serviços de acabamento, passadoria, revisão, arremate e controle de qualidade. Na prática, contudo, as três atuam de modo tão combinado que é muito difícil dissociar os limites precisos entre uma e outra.

O emissário era registrado da Gerson de Almeida, mas utilizava veículo utilitário da Dranys para, segundo ele, monitorar o trabalho prestado e retirar lotes já concluídos. Aos auditores fiscais do trabalho, ele apresentou nota fiscal emitida em nome da Elle Sete à CSV. Declarou ainda que buscava documento de auditoria do Programa de Responsabilidade

Social, executado pela consultoria Bureau Veritas por encomenda para as Lojas Marisa.

Depois das etapas sob responsabilidade da Dranys/Gerson de Almeida/Elle Sete, as peças seriam submetidas à avaliação do magazine. Somente mediante aprovação, a mercadoria seguiria para o Centro de Distribuição Marisa, em Alphaville, Barueri (SP), de onde partiria para as várias lojas da rede pelo país.

No dia 22 de fevereiro, a fiscalização fez inspeções na Dranys (onde foram apreendidos 21 contratos de prestação de serviços de costura firmados com diversos donos de oficinas de costura bolivianos), na Elle Sete (onde tiveram acesso a notas fiscais que revelam o fluxo das peças encomendadas pela Marisa e entrevistaram o operário do setor de modelagem Gerson de Almeida, que declarou desconhecer as atividades da trinca de pessoas jurídicas e aparentemente era utilizado como "laranja") e na Gerson de Almeida (onde encontraram um dos sócios da Dranys e o próprio Valboa).

Nas dependências da Gerson de Almeida, as condições de trabalho também não respeitavam as normativas. Passadeiras trabalhavam em pé, por longos períodos, em local fechado, bagunçado, sujo e sob altas temperaturas. Na mesma empresa, auditores coletaram informações com um representante comercial que atua na intermediação entre a tríade formada por Dranys/ Elle Sete/Gerson de Almeida e a Marisa. Ele descreveu com detalhes os canais de definição e controle da produção das peças pela rede varejista ao longo do ano.

Além disso, apreenderam desenhos de peças, mensagens eletrônicas com instruções expressas da Marisa e relatório de controle de recusas de peças confeccionadas pela Dranys para a Marisa. Um dos lotes foi reprovado pela Marisa por causa de problemas na costura e no zíper. Todas essas constatações, no entender da fiscalização, comprovam a total ingerência da Marisa no que se refere aos outros elos da cadeia produtiva.

Os auditores fiscais se deslocaram, em 1º de março, para a sede da Marisa e colheram um conjunto de informações que reforçam o diagnóstico do vínculo existente entre a empresa e todas suas "fornecedoras", vínculo esse que passa pela especificação das peças até a definição dos preços.

Para quantificar o grau de dependência entre as partes, a SRTE-SP apurou que 94,5% do faturamento da Dranys, no período de janeiro de 2009 a fevereiro de 2010, foram obtidos em encomendas da Marisa.

"Após toda a análise dos locais de trabalho, das entrevistas realizadas e dos documentos auditados, concluímos tratar-se de uma rede de empresas a

fundamentar a subordinação reticular", definem os autores do relatório de fiscalização. A GSV, segundo a SRTE/SP, "presta serviços de costura, com mão de obra escrava, com total exclusividade para a empresa Marisa Lojas S.A".

Para a equipe fiscal, a Marisa é "inteiramente responsável pela situação encontrada" e "comanda e exerce seu poder de direção e ingerência de diversas formas sempre no sentido de adequar a produção de peças de vestuário à sua demanda, com exclusividade, a seu preço e à sua clientela".

Durante a fiscalização, Valboa confidenciou à reportagem que buscava "vales" (com metade do valor final das encomendas) junto às empresas intermediárias, antes mesmo de terminar o serviço, para poder pagar aluguel e comida. Esses adiantamentos confirmam a falta de autonomia financeira do dono da oficina para manter negócio próprio.

Caracterizadas como "pseudoempresas interpostas" pela fiscalização, as fornecedoras Dranys/Gerson de Almeida/Elle Sete funcionam, na visão dos auditores, "como verdadeiras células de produção da empresa Marisa Lojas S/A, todas interligadas em rede por contratos simulando de prestação de serviço, mas que, na realidade, encobrem nítida relação de emprego entre todos os obreiros das empresas interpostas e a empresa autuada".

O relatório chama atenção para o nível de dependência da rede varejista à sua "marca própria": 88% dos produtos vendidos são da marca própria "Marisa". O elevado nível de participação exige, de acordo com a SRTE/SP, forte gestão de fornecedores - em termos de definição de peças, qualidade, logística e preço.

### *Sonho e partilha*

A reportagem conversou com alguns dos trabalhadores que costuravam na oficina CSV. A maioria dos bolivianos vinha de El Alto, no altiplano andino, cidade com cerca de 1 milhão de habitantes, vizinha à capital La Paz, marcada por ser ponto de convergência de migrantes camponeses e indígenas. Eles dizem ter sido atraídos pelos relatos de parentes que migraram anteriormente para o Brasil e têm receio de fornecer qualquer tipo de informação sobre como entraram no país e de como vivem atualmente. O único peruano declarou ser de Cusco e sequer portava o visto temporário concedido pela Polícia Federal.

A maior parte deles cultiva o sonho de retornar em melhores condições à terra natal. Formado em Educação Física, um dos jovens jurou um dia voltar para dar aulas aos pequenos e pequenas de sua comunidade. Um dos mais velhos na oficina de Valboa disse que está no Brasil há três anos, pensa

sempre em rever a família na Bolívia, mas nunca conseguiu materializar o seu intento. "Mas este ano eu voltarei", declarou, esperançoso.

Em depoimentos à reportagem (vigiados de perto pelo irmão do dono da oficina de costura), disseram receber de R\$ 500 até R\$ 700 por mês, em períodos de maior intensidade do trabalho. Segundo eles, com o que recebem, é possível, pelo menos em alguns meses ao longo do ano, enviar remessas de US\$ 100 para parentes na Bolívia.

Registros dos cadernos apreendidos ajudam a desvendar, porém, os reais beneficiários do empenho dos imigrantes sul-americanos. Anotações mostram que Valboa chegara a pagar, em empreitada recente, míseros R\$ 1,33 por peça aos trabalhadores de sua oficina. Para o lote da Marisa/Drany/Gerson de Almeida/Elle Sete, os costureiros e costureiras declararam que receberiam cerca de R\$ 2 por blusa.

Em depoimento, Valboa, dono da CSV, declarou que receberia das intermediárias Drany/Gerson de Almeida/Elle Sete efetivamente R\$ 4 por cada peça costurada. A nota fiscal emitida pela Elle Sete apresenta, porém, o valor de R\$ 7 por blusa costurada. Deduz-se, por conseguinte, que essa diferença de R\$ 3 por peça entre o que aparece na nota e o que seria pago à oficina de costura era embolsada pelas intermediárias.

As "fornecedoras", por sua vez, receberiam, conforme outra nota apreendida, R\$ 21 por peça da Marisa. Durante a inspeção dos auditores à sede da Gerson de Almeida, no bairro do Bom Retiro, as mesmas blusas estavam recebendo etiquetas com o preço final ao consumidor de R\$ 49,99.

Grosso modo, os R\$ 49,99 que porventura vierem a ser pagos por uma cliente da Marisa estão assim repartidos: R\$ 2 para o trabalhador (4%), R\$ 2 para o dono da oficina (4%), R\$ 17 para os intermediários (34%) e R\$ 28,99 (58%) com a Marisa.

Questionada pela reportagem, a Marisa afirma que, inicialmente, o preço indicado nas etiquetas não é necessariamente o preço final de venda, podendo a peça ser vendida a preços inferiores devido a diversas circunstâncias de mercado (giro de produtos, aceitação do consumidor, mudança de estação, etc). "Em segundo lugar, os preços praticados pelos fornecedores diretos da Marisa junto aos demais elos da cadeia produtiva escapam a qualquer ingerência de sua parte. Por fim, vale observar que o custo com a mão de obra (distribuído nos diversos elos da cadeia) é apenas um dos vários componentes formadores do custo final (tributos, marketing, modelagem, distribuição, matéria prima etc.)", complementa a rede varejista, por meio de advogado.

### *Notificações e dificuldades*

A SRTE/SP notificou a Marisa a proceder o registro imediato dos 17 trabalhadores e trabalhadoras encontrados na oficina de costura CSV, efetuar a rescisão indireta e pagar as verbas rescisórias, na presença dos auditores fiscais responsáveis pela ação, no próximo dia 5 de abril 2010.

"Faremos a assistência a essa rescisão. Se não houver, na ocasião, a apresentação de todos os documentos que propiciem a conferência dos cálculos e a completa quitação dos valores rescisórios, a empresa será notificada a apresentar rescisão complementar e fazer o pagamento suplementar, tantas vezes quantas forem necessárias para a conferência e quitação", afirma Luís Alexandre, da SRTE-SP, que também atuou no caso.

A Marisa foi avisada do envio do relatório da fiscalização à Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE), bem como aos demais órgãos, como a Polícia Federal (PF), para apuração dos indícios de tráfico de pessoas, às Receitas Federal e Estadual, em virtude de sonegação de tributos, e a representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério Público Federal (MPF).

O auditor Renato Bignami enumera uma série de motivos pelos quais a equipe optou por não promover o resgate dos trabalhadores, como ocorre nas libertações de condições análogas à escravidão no meio rural promovidas pelo grupo móvel de fiscalização.

Primeiro, os nacionais dos países que fazem parte do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai), Bolívia e Chile, por força do Decreto n. 6975, de outubro de 2009, têm direito a permanecer provisoriamente no Brasil. Neste caso, o único impedimento para a concessão do visto de dois anos é a existência de antecedentes penais ou policiais. Sendo assim, o resgate com consequente reenvio de bolivianos estaria descartado.

Segundo, muitos dos trabalhadores da oficina CSV vivem no Brasil acompanhados de suas famílias (com esposas e filhos, que não raro frequentam escolas e já foram alfabetizados em Português), diferentemente dos libertados das fazendas brasileiras mantêm famílias em suas cidades de origem. O reenvio desses sul-americanos aos países de origem poderia causar "um trauma maior", na visão de Renato.

Terceiro, esses trabalhadores têm pertences pessoais como eletrodomésticos, roupas, móveis etc. O transporte desses bens para os países de origem seria inviável. E quarto, não há estrutura pública de abrigo provisório que pudesse acolher essas famílias caso houvesse de fato o resgate.



Renato ressalta que não existem procedimentos definidos para o resgate em ambiente urbano, específico para trabalhadores estrangeiros. Faltam ainda dados confiáveis a respeito desses trabalhadores (onde estão? quantos são? para quem trabalham? quem os trouxe? como vieram?).

O auditor pede uma articulação mais efetiva dos órgãos públicos em torno da questão e destaca os problemas da falta de confiança nos agentes do poder público ("pacto de silêncio") e da baixa conscientização do consumidor brasileiro.

#### *Acordo e posição*

Pressionada por denúncias anteriores, a Marisa - assim como as outros magazines do setor - já tinha assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) em 2007. No documento proposto pela Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (PRT-2), a rede varejista se compromete a tomar providências (por meio de advertências no site, cláusulas em contratos comerciais e de visitas periódicas a fornecedores) no sentido de evitar ligações com oficinas com trabalho ilegal.

Em resposta à Repórter Brasil, a Marisa insiste que "não mantém e nunca manteve vínculos com trabalhadores estrangeiros em situação de vulnerabilidade ou trabalhadores contratados com condições de irregularidade" e que "a situação detectada pelos auditores não é de responsabilidade direta ou indireta da Marisa".

"É importante registrar que a Marisa cumpre rigorosamente o TAC celebrado com o Ministério Público do Trabalho", completa o advogado José Luis Oliveira Lima, que respondeu em nome da empresa. "Pelo TAC, a Marisa não ficou responsável pela cadeia produtiva, mas sim pelos fornecedores devidamente credenciados, e não há no relatório de inspeção nenhuma constatação de trabalho [escravo] nesses fornecedores".

Segundo o advogado, a Marisa foi "além no cumprimento do TAC" e "solicitou auditoria não apenas nos seus fornecedores credenciados, mas também nos fornecedores destes". A empresa não esclarece, porém, nem quais são os critérios adotados e nem se as subcontratadas da Dranys/Gerson de Almeida/Elle Sete, caso da CSV, foram em algum momento auditadas.

Empresa, que alega ter investido cerca de R\$ 30 milhões nos últimos três anos em responsabilidade social, sustenta que não existe conivência ou incentivo à subcontratação. "Cada contratado se organiza segundo critérios próprios, inerentes a particularidade de cada segmento. A Marisa não tem acesso ou ingerência à estrutura de custo de seus fornecedores", acrescenta a rede varejista, que nega

ter controle do conjunto do processo produtivo, como afirmam os auditores fiscais.

Por iniciativa da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abeim) - que engloba outras redes como C&A, Riachuelo e Renner -, a Marisa anuncia que a implantação de um novo modelo de certificação voluntária para combater condições degradantes de trabalho já está em fase avançada de negociações.

"A Marisa, sempre com o intuito de aperfeiçoar o seu controle aos fornecedores, encampou a iniciativa da Abeim. Esse sistema vem sendo desenvolvido desde agosto de 2009, sendo um processo complexo que envolve várias empresas do mercado, inclusive, empresas certificadoras", adianta. A grande novidade, confirma o advogado, é a união de forças com a finalidade de aumentar o controle no setor. "O modelo proposto visa atingir a cadeia produtiva numa maior profundidade, considerando sua enorme pulverização".

Para a Marisa, "o mercado não pode prescindir de ações de fiscalização conjunta envolvendo os aparatos de fiscalização dos fiscos Federal e Estaduais", com a finalidade de alcançar "todos os atores econômicos pelos quais se encontra pulverizada a cadeia produtiva do setor".

#### *Pacto e mercado*

As posições apresentadas pela Marisa não convenem Eunice Cabral, presidente do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco. Segundo ela, os grandes magazines têm responsabilidade e "querem se omitir". "Não estamos falando de lojinhas de fundo de quintal", emenda a dirigente. A denúncia que suscitou a fiscalização foi encaminhada pela entidade de Eunice.

O próprio preço praticado pelas redes varejistas, na análise da sindicalista, não reflete os custos de produção e embute a conivência com a precariedade negada pela Marisa. "É impossível comercializar produtos a preços tão baixos cumprindo tudo o que a lei determina. Isso é concorrência desleal", prossegue. "Quem faz tudo direitinho acaba sendo prejudicado".

O número de costureiras na região caiu de 180 mil, na década de 1990, para cerca de 80 mil, em 2006. Como a demanda do setor de confecções aumentou durante esse mesmo período, a situação flagrada na oficina de costura CSV seria, para Eunice, um dos principais motivos para a redução drástica de empregos formais no setor. "O Brasil é grande e estamos de portas abertas para receber gente de outros países. Mas as leis precisam ser cumpridas e todos precisam ser tratados com dignidade", conclui.

Os auditores fiscais responsáveis pelo caso reconhecem que, diante do emaranhado de pessoas jurídicas intermediárias resultantes da

subcontratação (terceirização, quarteirização, quinteirização etc.), a empresa tomadora principal acaba perdendo o controle da mão de obra que está "na ponta". "Mas no caso específico da Marisa, o que se verificou foi a simulação de contrato de fornecimento, sendo que a empresa mantém a ingerência sobre todos processos que envolvem a produção", reitera Luís Alexandre.

"Não existe, ainda, um diploma legal que discipline de maneira adequada e suficiente a terceirização de serviços, deixando essa questão inteiramente para o mercado - leia-se, a 'lei do mais forte'", complementa o auditor.

Os integrantes do Grupo de Combate à Fraude nas Relações de Trabalho e à Terceirização Irregular da SRTE/SP avaliam que a Lei de Anistia Migratória, ao facilitar a concessão de vistos provisórios durante o segundo semestre do ano passado, criou um ambiente favorável à regularização, inclusive do ponto de vista trabalhista. No entendimento deles, o empoderamento dos imigrantes (com a conscientização sobre direitos, a qualificação profissional e a eliminação de aliciadores que atuam no tráfico de pessoas) é essencial.

Ainda nesse sentido, a SRTE/SP recomenda, por parte das empresas, o cumprimento integral do disposto no Anexo I do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo - Setor das Confecções. "Uma parte importante do empresariado ainda não aderiu", conta Renato.

A Marisa e outras redes magazines da Abeim foram convidadas a aderir ao Pacto Municipal Tripartite, mas declinaram. Aos auditores, a Marisa declarou entender que, por já possuir um TAC firmado com o

MPT, não lhe competia ir além dos estritamente acordado nesse âmbito. Já o advogado da empresa declara que as negociações envolveram entidades associativas (e não empresas individualmente consideradas) e a divergência "envolveu a oposição à terceirização de forma geral manifestada no pacto".

Em 2009, a Marisa teve aumento de 7,4% da receita líquida que, projetada pelo alto consumo da classe C, saltou para R\$ 1,5 bilhão. A empresa deve abrir 39 novas unidades em 2010. A rede está investindo pesado nas vendas pela internet. E apesar de todos os problemas apontados pela fiscalização, a reportagem registrou (veja foto acima) exemplares da mesma blusa fabricada pelos imigrantes latino-americanos submetidos à escravidão sendo vendidos, nesta terça-feira (16), em loja da Marisa na capital paulista.

Consultas feitas pelos auditores ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) permitem inferir que as outras seis oficinas de costura (cinco delas também pertencentes a bolivianos) que fabricavam a mesma blusa para a Dranys/Gerson de Almeida/Elle Sete não proporcionavam condições de trabalho muito superiores às encontradas na CSV.

Todas elas jamais tiveram movimentação de empregados, o que, segundo os auditores, denota "a imensa informalidade e precariedade das condições de trabalho nesses locais". Um dos proprietários dessas oficinas se superou: "emprestou" o Cadastro de Pessoa Física (CPF) de uma outra pessoa no preenchimento de nota emitida para as intermediárias.

Fonte: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1714> - 17.03.10

## ENGLISH

### Interview: Attorney General Coakley Fights for Massachusetts' First Trafficking Law

*Amanda Kloer*

Massachusetts is one of the few states in the U.S. without a single state law making human trafficking a crime. But after years of watching proposed laws fizzle and die in the state legislature, Massachusetts Attorney General Martha Coakley is championing a bill that would provide critical services to victims and help local law enforcement put traffickers behind bars. Change.org caught up with Attorney General Coakley and interviewed her about human trafficking in Massachusetts and the Change.org campaign supporting her bill that over 1,000 members have signed.

*Kloer: Why is human trafficking in Massachusetts an important issue to you?*

Attorney General Coakley: As Chief of the Middlesex District Attorney's Child Abuse Unit and then as Middlesex District Attorney, I have seen the damage sexual abuse can have on its victims. I also have seen the ways in which perpetrators groom and manipulate their young victims for further abuse. This process puts children at high risk for continued abuse through commercial sexual exploitation and entry into "the life". In my work as Attorney General enforcing our civil rights and wage and hour laws, I also have seen the wide array of people from different backgrounds who are at risk of being exploited for someone else's monetary gain. This is unacceptable in the 21st Century. We must work to end this exploitation,

protect victims, and hold those who engage in this type of behavior accountable.

*Kloer: Massachusetts is currently one of the few states without specific state laws that criminalize human trafficking. Why hasn't there been legislation on the books yet?*

AG Coakley: It's disappointing that Massachusetts is one of the last states to criminalize human trafficking, and that is why we are working so hard to fix that. Human trafficking is not just a federal issue, and we need strong state laws so that we can protect victims here on a local level. It will also help us work with our federal partners more effectively to achieve justice for victims of these horrific crimes.

*Kloer: How will this new bill help prevent human trafficking in Massachusetts?*

AG Coakley: We know the best way to address trafficking is by addressing all three aspects of the problem. We need to hold those who traffic or benefit from the exploitation of people for profit accountable, develop services and a response for the victims, and address the demand for these services that creates a marketplace in which traffickers can prosper. We've proposed two felonies to hold perpetrators responsible their activities. We've proposed increases in penalties for those who purchase men and women in the sex trade and create the demand from which pimps and traffickers profit. Those penalties include mandatory minimum sentences for repeat offenders and higher sentences when children are victims. Finally, we are proposing a task force to bring stakeholders together to share information and develop multidisciplinary responses to the issue and support for victims.

*Kloer: If passed, this proposed bill would become one of the strongest state anti-trafficking laws in the country. How were the different components of the law developed?*

## **Promise of better life leads to nightmare of sexual slavery**

Across Mexico, young girls dream of escaping their small towns for the big cities. They dream of a good job and a better life in the United States.

That was the case of "Claudia," a name given to protect her identity. Her dream of a better life quickly evolved into a nightmare.

When she was 15, she met a charming man at a party who would later become her boyfriend.

"This individual would tell me a lot about the United States and would ask me to join him to go work at a clothes factory," she said.

AG Coakley: We are grateful for the significant interest and support this legislation has received from legislators, advocates, and public safety professionals. This bill has strong support in our legislature, starting with the lead sponsors of the bill, House Judiciary Committee Chairman Eugene O'Flaherty and Senator Mark Montigny. In addition, we have received the support of a wide array of stakeholders including all 11 District Attorneys, local and state law enforcement agencies, labor unions, and victim advocates. It is because of the cooperation of all of these stakeholders that we have been able to put together such a strong bill. It is also why I am confident that we will get this bill passed so that we can join the 45 other states who have anti-human trafficking laws.

*Kloer: Over 1,000 Change.org members have sent letters to the Massachusetts legislature in support of an anti-trafficking law. What message would you give to them and other grassroots supporters of the bill?*

AG Coakley: First, a sincere thank you. You are helping bring about important change to protect victims of exploitation in Massachusetts. Second, I can promise that we're not going to stop working until we get this bill passed so that we can better protect victims of these heinous crimes.

Attorney General Coakley left Change.org members and Massachusetts residents this final message: "We are truly thankful for the work and support folks have already provided, but we still need your help. We ask everyone to continue to stay involved, contact your legislators, and work with us to get this important bill passed. Your support will truly make a difference, and we are not going to stop working until we get this done. Thank you once again."

Fonte: <https://news.change.org/stories/interview-attorney-general-coakley-fights-for-massachusetts-first-trafficking-law> - 28.02.11

Claudia was eventually smuggled into the United States and taken to New York City.

Once there, she soon realized her boyfriend was part of a prostitution ring. He forced her into prostitution. She says he would beat her up, burn her with lit cigarettes and tell her he would have her parents in Mexico killed if she tried to resist or escape.

This is the first time Claudia is speaking about her experience. She's nervous, but says she wants to share her secret; a painful secret, she says, that the world needs to know about.

Hers is a story of false promises, illegal immigration, verbal and physical abuse, drugs, forced prostitution and a risky escape.

After being forced to work as a prostitute, Claudia says she started thinking about ways of escaping.

"It was a very traumatic experience," she said. "The first day I started working was very hard because I had to sleep with 20 men in rapid sequence."

For several months she saved up tips, just a few dollars at a time, that she would hide in a refrigerator. She discreetly would ask older women, who were also forced into prostitution, about directions to the nearest bus station and streets around the area.

When she felt she had enough for a bus trip, she ran away to the bus station and bought a ticket to a city she didn't know.

She has been a free woman for several years now, but she says she still suffers from nightmares and says her life has been scarred.

Many people associate prostitution with women walking the streets in shady areas and being picked up by johns. But Claudia says the prostitution ring for which she was forced to work had a long list of clients who knew the price they had to pay, who to call and where to go.

It's a well-organized and lucrative underground industry.

Luis CdeBaca monitors human trafficking at the U.S. State Department. He says there are no reliable figures on the scale of the problem, but forced prostitution from Mexico and Central America is a big part of it.

"They know that their victims are not going to go to law enforcement," said CdeBaca. "They know that their victims are afraid. In fact, sometimes one of their threats is to turn people over to the immigration service."

Claudia was 15 when she was forced to become a prostitute, but there are younger victims, as CdeBaca found out when he worked as a federal prosecutor at the U.S. Justice Department.

"I ended up seeing cases with girls as young as 13 and women in their 40s and everything in between," he said.

According to the International Labor Organization (ILO), the United Nations agency that monitors employment, standards, and social protection issues, there are about 12.3 million victims of human trafficking around the world.

The ILO also estimates that at least 1.39 million of those are victims of commercial sexual servitude in their own countries or abroad.

But the current trafficking from Mexico and Central America is of special concern for CdeBaca.

"We have situations in the United States, cases that I've worked on, when I was with the Justice Department involving women who had to serve as up to 50 customers a day; just a crushing amount of what in fact is a daily set of rapes," said CdeBaca.

Several cases have been successfully prosecuted in states, including Georgia and New York, against prostitution rings that operate in the same way.

They lure women in Mexico with promises of a good job only to be forced into sexual slavery once here.

In the Atlanta area, Amador Cortes-Meza, a 36-year-old Mexican national, was charged with involvement in a prostitution ring that victimized women and girls smuggled from Mexico.

Some were as young as 14.

Otto Jaime Larios-Perez, 27, who has admitted one count of providing false information, drove victims to several secret locations in the Atlanta area, forcing them to see multiple clients a day.

Immigration and Customs Enforcement Special Agent Brock Nicholson says that all of the victims fell into the same trap.

"They were brought in with romantic promises, with job promises, young girls, from a certain state of Mexico, brought up, smuggled in, immediately forced into prostitution," Nicholson said.

Ten years ago, the U.S. Congress passed a law that allows victims of human trafficking to stay in the country if they testify in court against perpetrators of the crime.

Danielle Conley, an immigration attorney who helps victims of human trafficking, said this law known as the Trafficking Victims Protection Act helps both victims and prosecutors.

Victims get a visa to live in the United States and prosecutors get powerful testimony to build strong cases against suspects of human trafficking.

"They actually have quite a few rights, but unfortunately that's not widely known among both the immigrant community and American citizens," said Conley.

Claudia has now moved to a different city in the United States, where she tries to live a normal life.

She's still afraid of retribution and wants to remain anonymous. Asked why she decided to share her painful experience, she pauses for a moment and then answers without hesitation.

"Because I want authorities to realize that this is a problem and a serious one," she said. "Also, I want parents to know that sometimes because of their

work they forget about their children, especially girls, and leave them abandoned."

Fonte: <http://thecnnfreedomproject.blogs.cnn.com/2011/02/18/promise-of-better-life-leads-to-nightmare-of-sexual-slavery/> - 18.02.11

## The challenges of counting a 'hidden population'

*Manav Tanneeru*

Slavery still exists. Of that there isn't much dispute, if any. But how widespread is what many experts call modern-day slavery?

Estimates range from about 10 million to 30 million, according to policymakers, activists, journalists and scholars.

The International Labour Organization, an agency of the United Nations that focuses on, among other things, labor rights, put the number at a "minimum estimate" of 12.3 million in a 2005 report.

Kevin Bales, a sociologist who serves as a consultant to the United Nations and has authored several books about modern-day slavery, estimated the number was 27 million people in his book "Disposable People: New Slavery in the Global Economy." The book was published in 1999.

There is yet another estimate. Siddharth Kara, a fellow on trafficking at Harvard University and also an author, recently told CNN that his calculations put the range between 24 million and 32 million. That number was current as of the end of 2006, he said.

There are several reasons behind the variance in numbers, said Ben Skinner, who published a book about modern-day slavery – "A Crime So Monstrous: Face-to-Face with Modern-day Slavery."

"There are two big problems with the count," Skinner, a Senior Fellow at the Schuster Institute for Investigative Journalism at Brandeis University, said during a telephone interview. "The first is that the people we are counting are, by definition, a hidden population.

"The second problem is more of a theoretical one where the definitions are not in place. We don't have a common definition still as to what slavery is."

### *'A hidden population'*

Slave labor has been a part of civilization for much of history. It was practiced openly and its legality wasn't much of a question. During the height of the trans-Atlantic slave trade, its scale was carefully documented.

Today, slavery is illegal in every country. Yet it persists, in secret, exploiting the poor and the marginalized – which poses immense challenges

for legal authorities, activists and experts working to track the problem.

Skinner recounted a conversation he had with John Miller – the former State Department ambassador at large on modern slavery from 2002 through 2006 during the George W. Bush administration – about the inherent difficulty of counting a population that is difficult to find.

"These are not people that stand in line, raise their hands and wait for the census to be taken," Miller told Skinner.

And, even when found, they may not want to be identified, Skinner said. "They are victims of a crime and that is still oftentimes missed as a crime," he said.

The enslaved may be involved in prostitution or might be in a country illegally as a result of trafficking – activities that could land them in trouble with the law. So, they'd rather keep quiet about their condition, Skinner said.

"They are individuals who will be seen as perpetrators of a crime against the state rather than victims of a crime against humanity," he said. "They are aware of that so they don't self-identify."

It also isn't the easiest thing for observers to get data from countries about how big of a problem slavery is within their borders.

For example, South Asian countries will acknowledge problems with sex trafficking because of a perception that it's not just a South Asian issue, Skinner said, echoing a theory from John Miller.

However, they may not be as forthcoming about their problems with debt bondage – when someone has to pay off a loan through work and may be trapped in the situation because the amount earned is too little to pay off the amount of money borrowed.

"There's a self-perception that debt bondage is a rather embarrassing part of the continuing underdevelopment in parts of their countries," Skinner said.

### *Definitions and divisions*

Before you can count something, you have to define it, and a broadly accepted definition of what modern slavery encompasses has been elusive.

In 1926, a treaty signed in Geneva under the auspices of the League of Nations, the precursor to the U.N., defined slavery as “the status or condition of a person over whom any or all of the powers attaching to the right of ownership are exercised.”

The ILO, in 1930, used the terms “forced or compulsory labor” to describe “all work or service which is exacted from any person under the menace of any penalty for which the said person has not offered himself voluntarily.”

Roger Plant, who worked at the ILO from 2002 through 2009, said during a telephone conversation that forced labor is “when you get into work or service without the freedom of choice and you can’t get out of it without punishment or the threat of punishment.”

Kevin Bales offered this description: “To me slavery means one person who is completely under the control of another person, that they use violence to maintain that control, they exploit them, make money out of them, and that the person just can’t walk away.”

There is, then, the term “human trafficking,” which is sometimes used interchangeably with the word “slavery.” According to the U.S. State Department, “human trafficking” describes “activities involved

when one person obtains or holds another person in compelled service.”

The State Department says the term includes sex trafficking, forced labor and bonded labor. It also includes, among other things, the use of child soldiers and forced child labor.

The terms and their meanings seem straightforward, but the divisions come to light when legislators try to reconcile the definitions with their country’s situation.

“Within the trafficking community, there really isn’t a consensus on what slavery means,” Skinner said. “That’s harmful, that’s detrimental.”

The biggest consequence of incorrect data, not knowing the full scope of the problem or where it’s concentrated can lead to poor decisions on where to focus resources and how best to solve the problem, Skinner said.

“Slavery, on its face, is monstrous,” he said. “I think it’s important to be motivated by emotion but to, very quickly, come to the point of getting to the cold, hard business of figuring how best to free as many slaves as possible.

“Part of that is understanding how many slaves there are and understanding where they are.”

Fonte: <http://thecnnfreedomproject.blogs.cnn.com/2011/03/09/slavery-numbers/> - 09.03.11

## **Katya's story: trafficked to the UK, sent home to torture**

*The experience of one woman, enslaved by traffickers and and shuttled across Europe to serve the sex trade, highlights the need for urgent reform of the law*

*Amelia Gentleman*

When they assessed her case, British immigration officials knew that Katya, a vulnerable 18-year-old from Moldova, had been trafficked and forced into prostitution, but ruled that she would face no real danger if she was sent back.

Days after her removal from the UK, her traffickers tracked her down to the Moldovan village where she had grown up. She was gang-raped, strung up by a rope from a tree, and forced to dig her own grave. One of her front teeth was pulled out with a pair of pliers. Shortly afterwards she was re-trafficked, first to Israel and later back to the UK.

The Home Office decision last week to pay her substantial damages has raised serious questions about the way Britain treats trafficked women. The unprecedented case also opens the possibility that other individuals who have been removed from this country and subsequently found themselves exposed to danger in their

home country, could attempt to sue the Home Office for damages. The Moldovan woman was first kidnapped by traffickers when she was 14, repeatedly sold on to pimps and other traffickers, and forced to work as a prostitute for seven years in Italy, Turkey, Hungary, Romania, Israel and the UK. She told the Guardian that British police need to do much more to protect women like her and to prevent others from being trafficked into prostitution.

"Just look around you - see how many girls there are like me. They are coming all the time. I see them every day - in tube stations, all made up, early in the morning. Maybe for you it is difficult to see them, but I see them," said Katya (not her real name), in an interview in her solicitor's office. "I think the police should work better to stop this. Why don't you shut down saunas and brothels? Then there would be no prostitutes, no pimps."

The exhaustive account that Katya has given in court documents, explaining how she was

targeted, captured and intimidated, reveals the sophisticated methods employed by gangs trafficking vulnerable women from eastern Europe, Africa and the far east. It also reveals the danger that these women are often exposed to when the British immigration service opts to remove them.

Experienced staff at the Poppy Project, which provides specialist support for trafficking victims and which last week learned it was losing its government funding, described her story as among the most disturbing they have encountered. Katya has been diagnosed with post-traumatic stress disorder, but finds therapy sessions too painful to engage with.

She was living with her mother in Moldova when two older men invited her and a friend to a birthday picnic in a nearby forest. Both girls were knocked unconscious, driven to Romania, blindfolded, taken across a river in an inflatable dinghy to somewhere in Hungary, dressed in dark clothes and made to walk through the forest across the border during the night, passing through Slovenia and arriving eventually in Italy.

They were sold on to two separate men. Katya worked first in a flat in Rimini and then on the streets of Milan. After some months, she managed to escape and was sheltered for a while in the Moldovan embassy there, when she discovered she was pregnant.

She chose to return to her family in Moldova to have the child, but her traffickers found her, beat and raped her brother and killed the family dog as punishment for her decision to tell Italian police what happened to her. She discovered that the friend she had been kidnapped with had been murdered by traffickers in Israel who had drugged her and thrown her off a seven-storey building. These experiences terrified her so much that for years she avoided doing anything that might upset her traffickers in case they acted on their threats to hurt her family.

After she gave birth, and sent her daughter to live in relative safety with an aunt, Katya was sent to Turkey to work in a nightclub. She was later smuggled in a lorry to work in a London brothel. During her time working as a prostitute, she was given no money for her work and was not allowed to go anywhere unaccompanied in case she tried to escape. Her clients in London rarely asked about the conditions in which she was working. "The clients, they're drunk, and just come and say, 'Give me this, that'. No one asks: 'How are you?'. Some of them asked, 'Why do you do this job?', but I wouldn't answer," she said, explaining that she was afraid that if she appealed to them

for help, they might turn out to be friends with the trafficker.

She and the other women - mainly eastern European, none of them British - never talked of their circumstances among themselves. "I didn't know if the other girls were friends of the trafficker. It was dangerous to speak to the clients or the other girls. There were speakers in the flat where we lived. We didn't talk about anything. Sometimes we were locked up for weeks and weeks, not going out."

The brothel, in Harrow, north-west London, was raided a few weeks after she arrived. She was arrested, but she did not reveal the full details of her enslavement to the police because the Kosovan Albanian man who had bought her told her that her family would be in danger if she said anything.

Because officials did not realise Katya had been intimidated by her trafficker, they allowed him to visit her nine times when she was in detention, visits he used to intimidate her further. Although they recognised that she had been trafficked, immigration officials decided to remove her to Moldova, judging that there was no real risk to her safety. A few days after she returned home, her traffickers found her.

"They took me to a forest and I was beaten and raped. Then they made a noose out of rope and told me to dig my own grave as I was going to be killed," Katya's court statement reads. "They tied the noose around my neck and let me hang before cutting the branch off the tree. I really believed I was going to die. They then drove me to a house where many men were staying. They were all very drunk and took turns to rape me. When I tried to resist, one man physically restrained me and pulled my front tooth out using pliers."

The attack ended only when her trafficker told the men they needed to stop as Katya was to be sold in Israel. "I think maybe they did not kill me because I was more valuable alive," her statement reads. Katya, now 26, is thin and pale, but dentists have replaced her tooth, and her other scars are well hidden. "I didn't have too many scars or injuries as the traffickers wanted to keep me looking pretty," she said. After working in Tel Aviv for a while, Katya again escaped before being trafficked to work in a central London flat, where her pimps sold her for £150 an hour; again, she received no money. In 2007 she was detained for a second time by immigration officials, who considered returning her to Moldova, before finally granting her refugee status.

Katya has been interviewed by medical and trafficking experts in preparation for the trial, all of whom found her account credible. Her legal team argued immigration solicitors should have investigated evidence that she was a victim of trafficking and that their decision to return her to Moldova, where she ran the risk of retribution and re-trafficking, was a violation of her rights under article 3 (the right to freedom from torture and inhumane and degrading treatment) and article 4 (the right to freedom from slavery and servitude) of the European convention on human rights. Paul Holmes, the now retired former head of the Metropolitan police's vice unit, CO14, said in a pre-trial statement that there was already much evidence by 2003 that should have led immigration officials to identify her as a trafficking victim. He said there was "friction" at that time between the immigration service's desire to remove "illegal entrants" to the country, and his department's desire to interview potential victims and get them to testify against traffickers.

"Our doubt about the effectiveness of prompt removal was exacerbated by the fact that our intelligence-gathering and operational activities had highlighted the fact that in some cases, victims that had been removed were subjected to re-trafficking and were being discovered for a second time in London brothels or elsewhere within weeks of their original removal," he said.

Katya's case was due to open last week at the high court in London, but Home Office lawyers agreed to pay substantial, undisclosed damages the day before the scheduled start of the case.

Her solicitor Harriet Wistrich, of legal firm Birnberg Peirce, said she hoped the case would highlight the dangers of unlawful removal and could prompt other claims. Wistrich said she believed the case, which has been two years in preparation, might also educate people about the reality of trafficking of women from eastern Europe. "People don't believe it's happening on this scale. People don't want to believe it," she said.

There is no clear data to indicate how many trafficked women may be in England and Wales, but research for the Association of Chief Police Officers last year found clear evidence of 2,600 trafficked victims and of another 9,600

"vulnerable migrants" who might have been trafficked.

The Home Office says there have been improvements in the way immigration officials deal with trafficked women since 2003, and minister Damian Green said: "The UK has become a world leader in fighting trafficking and has a strong international reputation in this field."

But Sally Montier, of the Poppy Project, said the charity was still regularly helping women who were wrongly sent home and re-trafficked. She warned that 21% of the women who came to the charity seeking help had already been sent home and re-trafficked at least once.

"Worryingly, we are seeing an increase in women who have been identified as victims of trafficking but who are in the process of being removed," she said.

Last week's decision to award the Salvation Army the government contract to provide support to trafficked women would lead to the loss of the expertise built up by the Poppy Project over the last eight years, she said. "We are very worried that we will see more women who are not identified as having been trafficked, and who are consequently removed, so that they fall back into the cycle of trafficking and abuse."

Katya's traffickers have not been arrested and she is concerned they could now target her younger sister in Moldova. She plans to stay in the UK, has signed up for computer courses and English language classes, and is doing voluntary work. Recently she succeeded in bringing her daughter to live with her, but is troubled by the possibility that she could run into the people who forced her into prostitution in London.

She is sceptical about the likelihood that the Home Office decision could force officials to treat trafficking victims with more sensitivity: "If the government cared it would not be closing the Poppy Project. They don't care."

But she adds: "I'm not angry with the government. How can you be angry with the government? I'm angry with my life, the things that have happened."

Fonte: <http://www.guardian.co.uk/law/2011/apr/19/sex-trafficking-uk-legal-reform> - 19.04.11

## **A Woman. A Prostitute. A Slave.**

*Nicholas D. Kristof*

Americans tend to associate "modern slavery" with illiterate girls in India or Cambodia. Yet there

I was the other day, interviewing a college graduate who says she spent three years



terrorized by pimps in a brothel in Midtown Manhattan.

Those who think that commercial sex in this country is invariably voluntary — and especially men who pay for sex — should listen to her story. The men buying her services all mistakenly assumed that she was working of her own volition, she says.

Yumi Li (a nickname) grew up in a Korean area of northeastern China. After university, she became an accountant, but, restless and ambitious, she yearned to go abroad.

So she accepted an offer from a female jobs agent to be smuggled to New York and take up a job using her accounting skills and paying \$5,000 a month. Yumi's relatives had to sign documents pledging their homes as collateral if she did not pay back the \$50,000 smugglers' fee from her earnings.

Yumi set off for America with a fake South Korean passport. On arrival in New York, however, Yumi was ordered to work in a brothel.

"When they first mentioned prostitution, I thought I would go crazy," Yumi told me. "I was thinking, 'how can this happen to someone like me who is college-educated?' " Her voice trailed off, and she added: "I wanted to die."

She says that the four men who ran the smuggling operation — all Chinese or South Koreans — took her into their office on 36th Street in Midtown Manhattan. They beat her with their fists (but did not hit her in the face, for that might damage her commercial value), gang-raped her and videotaped her naked in humiliating poses. For extra intimidation, they held a gun to her head.

If she continued to resist working as a prostitute, she says they told her, the video would be sent to her relatives and acquaintances back home. Relatives would be told that Yumi was a prostitute, and several of them would lose their homes as well.

Yumi caved. For the next three years, she says, she was one of about 20 Asian prostitutes working out of the office on 36th Street. Some of them worked voluntarily, she says, but others were forced and received no share in the money.

Yumi played her role robotically. On one occasion, Yumi was arrested for prostitution, and she says the police asked her if she had been trafficked.

"I said no," she recalled. "I was really afraid that if I hinted that I was a victim, the gang would send the video to my family."

Then one day Yumi's closest friend in the brothel was handcuffed by a customer, abused and strangled almost to death. Yumi rescued her and took her to the hospital. She said that in her rage, she then confronted the pimps and threatened to go public.

At that point, the gang hurriedly moved offices and changed phone numbers. The pimps never mailed the video or claimed the homes in China; those may have been bluffs all along. As for Yumi and her friend, they found help with Restore NYC, a nonprofit that helps human trafficking victims in the city.

I can't be sure of elements of Yumi's story, but it mostly rings true to me and to the social workers who have worked with her. There's no doubt that while some women come to the United States voluntarily to seek their fortunes in the sex trade, many others are coerced — and still others start out forced but eventually continue voluntarily. And it's not just foreign women. The worst cases of forced prostitution, especially of children, often involve home-grown teenage runaways.

No one has a clear idea of the scale of the problem, and estimates vary hugely. Some think the problem is getting worse; others believe that Internet services reduce the role of pimps and lead to commercial sex that is more consensual. What is clear is that forced prostitution should be a national scandal. Just this month, authorities indicted 29 people, mostly people of Somali origin from the Minneapolis area, on charges of running a human trafficking ring that allegedly sold many girls into prostitution — one at the age of 12.

There are no silver bullets, but the critical step is for the police and prosecutors to focus more on customers (to reduce demand) and, above all, on pimps. Prostitutes tend to be arrested because they are easy to catch, while pimping is a far harder crime to prosecute. That's one reason thugs become pimps: It's hugely profitable and carries less risk than selling drugs or stealing cars. But that can change as state and federal authorities target traffickers rather than their victims.

Nearly 150 years after the Emancipation Proclamation, it's time to wipe out the remnants of slavery in this country.

Fonte:

<http://www.nytimes.com/2010/11/28/opinion/28kristof.html?ref=humantrafficking> - 27.11.10

## ESPAÑOL

### "La trata de personas va más allá de la explotación sexual"

*Lo dijo la diputada Gil Lozano en el marco de un debate donde detalló cómo se combate en la Argentina el secuestro de personas para luego explotarlas. Además, contó detalles de la triste búsqueda de Marita Verón, desaparecida desde 2002*

*Fernanda Jara*

La diputada de la Coalición Cívica, Fernanda Gil Lozano, habló de la trata de personas y explicó las diferencias que existen entre ésta y la explotación sexual de personas. "La trata tiene categorías más macabras como el tráfico de órganos o la reducción a la servidumbre, más allá de la explotación sexual", dijo al abrir el debate del que participó Infobae.com.

Gil Lozano destacó que la Argentina "es un Estado que no alienta la práctica de la prostitución, pero si las chicas son mayores de edad no la reprime, no la hace punible. El marco abolicionista de la Argentina jamás siguió la prostitución".

La legislación argentina condena al tercer actor de este vínculo, o sea, al proxeneta que explota a una mujer para quedarse con el dinero que la mujer explotada produce en esa transacción.

"La Argentina no permite que haya terceros, porque el asentimiento y el consentimiento juegan un rol muy diferente. Cuando dos personas consienten es un cosa, cuando hay un tercero, hay dos personas que consienten y uno que asiente. El objeto que asiente es un ser humano cuyo cuerpo es vendido y es subordinado", definió la legisladora.

A continuación, comparó la decisión de una mujer a ejercer la prostitución como forma de vida con la de aquellas que son explotadas: "Esto es una realidad que sucede entre dos adultos. El Estado no se mete porque considera que no es su imperio porque corresponde al ámbito privado, pero sí avanza, y muy seriamente, contra el explotador".

Respecto del concepto "trata de personas" detalló que: "No es sinónimo de explotación sexual porque la trata tiene categorías más macabras como el tráfico de órganos o la reducción a la servidumbre. La Argentina tiene hoy el 75% de su mano de obra textil, esclava. Someten a ciudadanos paraguayos y bolivianos".

*Las mujeres explotadas por tratantes quedan "vacías"*

Gil Lozano contó que participa en forma activa de la recuperación de mujeres que fueron secuestradas por tratantes de blancas, los cuales las "regentean" obligándolas a tener que "atender" por día a más de ocho hombres que pagan por sexo en lugares

públicamente conocidos como "cabarets o whiskerías". Las víctimas permanecen encerradas, tolerando humillaciones, golpes y violaciones reiteradas.

"Cuando recuperan el habla cuentan que llegaron engañadas, por novios que la seducen o por personas o avisos que les propusieron un empleo, generalmente de limpieza o para cuidar chicos. Una vez que llegan a ese lugar les dicen cuál fue fin de ese traslado y si no aceptan, las golpean, las violan sistemáticamente hasta tal punto que les sacan la personalidad. Por eso digo que el objeto es vaciado.

Muchas veces, estas mismas chicas ya fueron abusadas por familiares. ¿Cómo hacen para ir en contra de su tratante? Si no es ella amenazada, lo es su familia", relató en medio del estupor generalizado.

#### *Caso Marita Verón*

Susana Trimarco investiga desde el primer minuto la desaparición de su hija. La mujer acompañó en varias oportunidades a quienes realizaron allanamiento en distintos prostíbulos donde se presumía que ella podría estar.

"Cuando conseguían la orden de allanar prostíbulos de Tucumán, Marita ya había sido enviada a La Rioja y así pasaba siempre", contó Gil Lozano sobre los hechos desesperantes que la propia Trimarco le relató.

Susana sabía que Marita estaba viva porque ella dejaba dibujitos en las paredes, y esos eran los mismo que le hacía en un papel a su pequeña hija.

Desde el 3 de abril de 2002, Marita Verón está desaparecida y hasta el día de hoy no hay datos concretos de su paradero ni de la red de trata de mujeres que la secuestró cerca de su casa en Tucumán.

Susana Trimarco encaró la búsqueda de su hija y en cada uno de los operativos logró el rescate de ciento de mujeres que vieron a su hija con vida y gracias a sus relatos supo que varias veces Marita y ella se cruzaron. Trimarco sigue en la constante lucha por recuperarla y lograr que esté en algún lugar, esperando que la lleve a casa.

Fonte: <http://www.infobae.com/general/547434-101275-0-La-trata-personas-va-mas-alla-la-explotacion-sexual> - 19.11.10

## Trata de personas y derechos humanos

*Miguel Concha*

La Asamblea General de Naciones Unidas aprobó el pasado 12 de agosto en su sexagésimo cuarto periodo de sesiones la Resolución A/RES/64/293, denominada Plan de Acción Mundial de las Naciones Unidas para Combatir la Trata de Personas. Dicha resolución se suma a un conjunto de instrumentos internacionales de derechos humanos que han sido ratificados por diferentes países en todo el mundo, particularmente el Protocolo para Prevenir, Reprimir y Sancionar la Trata de Personas, en especial de mujeres y niñas y niños, que complementa la Convención de las Naciones Unidas contra la Delincuencia Organizada Transnacional, que entró en vigor el 25 de diciembre de 2003.

Según la definición del protocolo, por trata de personas se entenderá “la captación, el transporte, el traslado, la acogida o la recepción de personas mediante la amenaza o el uso de la fuerza u otras formas de coacción, el rapto, el fraude, el engaño o el abuso de poder o de una situación de vulnerabilidad; o la concesión o recepción de pagos o beneficios para obtener el consentimiento de una persona que tenga autoridad sobre otra con fines de explotación, lo que incluye como mínimo la explotación de la prostitución ajena u otras formas de explotación sexual, los trabajos o servicios forzados, la esclavitud o las prácticas análogas a la esclavitud, la servidumbre o la extracción de órganos”.

El plan de acción mundial correspondiente reconoce que los esfuerzos que se están realizando en la lucha contra la trata de personas en el mundo son limitados y requieren del compromiso de los estados por establecer mecanismos de acción eficaces para perseguir a los delincuentes, proteger a la víctimas y establecer adecuados programas de prevención entre las poblaciones. Y entre éstas, especialmente las que se encuentran en situación de vulnerabilidad, como son los migrantes laborales y las mujeres, y niñas y niños víctimas de explotación sexual.

La resolución insta al Secretario General a alentar a los estados que no lo han hecho a que ratifiquen el protocolo; a establecer un fondo fiduciario de Naciones Unidas para víctimas de trata de personas; a fortalecer la asistencia técnica de la Oficina de Naciones Unidas contra la Droga y el Delito a los países que así lo requieran, y a establecer mecanismos de coordinación con organizaciones de la sociedad civil para las campañas de prevención y programas de atención

a víctimas, entre otras cosas. El Plan de Acción consta de 61 puntos, y pueden consultarse en [www.un.org/Depts/dhl/resguide/r64sp.shtml](http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/r64sp.shtml). Entre ellos se encuentra la condena a todas las formas de demanda de trata de personas que provoca la explotación laboral o sexual.

Este plan mundial de acción nos interpela y cuestiona como países y como sociedad, en un mundo en el que se globaliza inequitativamente la economía, se restringe la movilidad de las personas de un continente y de un país a otro – sobre todo en el sur y del sur al norte– y se masifican a un ritmo acelerado las formas de explotación con las cuales se obtienen grandes ganancias. El crimen organizado transnacional ha encontrado además en la trata y el tráfico de personas ganancias exorbitantes en detrimento de la dignidad y movilidad humana, como lo ha evidenciado recientemente la matanza de los 72 transmigrantes en San Fernando, Tamaulipas, así como la existencia de miles de anuncios clasificados para la explotación sexual que aparecen diariamente en muchos periódicos del país.

Frente a estos hechos y estos compromisos, los Estados de los países latinoamericanos deberán escuchar las múltiples voces de las organizaciones de la sociedad civil, académicos y activistas que se reunirán del 21 al 24 de septiembre en la Universidad Iberoamericana de Puebla en el Segundo Congreso Latinoamericano sobre Trata y Tráfico de Personas ([www.tratacongreso2010.org](http://www.tratacongreso2010.org)), el cual reunirá a expertos internacionales de todos los países de América Latina y el Caribe, así como experiencias exitosas de algunas fiscalías –como las de Paraguay, Argentina, El Salvador y México–, así como de los gobiernos de Noruega, Suecia y Estados Unidos. Con más de 250 ponencias registradas y 30 exposiciones magistrales y participaciones en mesas redondas, el congreso reflexionará sobre el tráfico de personas migrantes y sus derechos; la explotación sexual comercial de niñas, niños y adolescentes; la trata de mujeres para la explotación sexual; el acceso a la justicia para personas víctimas de trata, y experiencias exitosas de gobiernos y la sociedad civil para la prevención y tipificación del delito, la persecución de los delincuentes y la protección de las víctimas.

Destaca la presencia de redes internacionales de organizaciones civiles, como la Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo y la Coalición contra el Tráfico de Mujeres y Niñas en América Latina y el

Caribe, y de redes nacionales como la Red Nacional de Derechos Humanos Todos los Derechos para Todos y Todas, el Colectivo contra la Trata de Personas, el Espacio DESC y observatorios ciudadanos y académicos de diversa índole, entre otras. Especial relevancia tendrán las demandas expresadas en días recientes por las organizaciones de la sociedad civil de Puebla y

Tlaxcala frente a las violaciones a los derechos humanos que por omisión o por comisión han efectuado en esta materia los gobiernos estatales y municipales de ambos estados.

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2010/09/18/index.php?section=opinion&article=020a2pol> – 18.09.10

## Las víctimas de esclavitud sexual no quieren regresar de España

*De las 160 adolescentes obligadas a prostituirse en España y rescatadas en lo que va del año, solamente una quiere volver a Paraguay. Las demás prefieren quedarse en la “Madre Patria” porque reciben protección, atención psicológica y formación. En cambio, en nuestro país –argumentan– no existe protección desde el Estado para las víctimas a pesar de ser un país de origen de la trata de personas. La mafia organizada actúa libremente.*

Cynthia López

En nuestro país nadie puede combatir el tráfico de personas desde las instituciones gubernamentales porque no se cuenta con una ley contra la lucha contra la trata, y actualmente existe un anteproyecto de ley que será perfeccionado por James Shaw, de la Oficina de las Naciones Unidas contra las Drogas y el Crimen (UNDOC, por sus siglas en inglés).

Shaw es peruano, asesor legal regional para Asuntos del Crimen Organizado y experto en materia de trata de personas.

A partir de mañana Shaw va a estar de visita en Asunción, contratado especialmente para analizar el anteproyecto de ley en un periodo de tres meses para luego elevarlo al Congreso Nacional.

De las 160 adolescentes y jóvenes que fueron rescatadas de la esclavitud sexual en España, donde eran sometidas diariamente a la explotación sexual, solo una de ellas quiso volver a Paraguay. Todas las demás prefirieron quedarse en la “Madre Patria” porque, según explicó Rocío Mora, experta e integrante de la Asociación para la Prevención, Reinserción y Atención de la Mujer Prostituida (APRAMP), se necesitan condiciones de seguridad, tanto desde el Estado, recuperación psicológica, atención social y formación para la reinserción familiar y laboral en el Paraguay.

Miles de mujeres niñas, adolescentes y jóvenes paraguayas son captadas por la mafia organizada con fines de explotación sexual. Este comercio moviliza miles y miles de millones de dólares.

Rocío Mora informó en reuniones mantenidas con autoridades y en un seminario realizado este viernes último en la Cancillería ante la presencia de universitarios, organizaciones de la sociedad civil y funcionarios que integran la mesa inter-

institucional de trata de personas, que todos los días atienden a más de 280 mujeres y el 21% de esas mujeres son paraguayas.

“No estamos hablando de un volumen muy pequeño; estas mujeres no tienen un pasaporte cuando hablamos con ellas ni cédula de identidad, ningún tipo de documento cuando hacemos nuestro primer trabajo de rescate”, indicó.

Desde el 2008 se viene trabajando en la elaboración de un anteproyecto de ley contra la trata de personas, especialmente mujeres, niñas y niños, que fue presentado como iniciativa y aporte en diciembre de 2009 a la coordinación de la Mesa Interinstitucional para la Prevención y Combate a la Trata de Personas.

### *Declaraciones de las víctimas paraguayas en España*

La policía española ha identificado a más de 1.000 víctimas paraguayas.

Noelia y Zully, casadas y con hijos, venían a servir en casas engañadas y obligadas a ejercer la prostitución en un piso. “Somos paraguayas de Asunción, las dos del mismo barrio. Yo me llamo Noelia, y estoy casada y tengo cinco hijos. Zully, que viajó conmigo también, ella tiene cuatro niños. La vida no estaba siendo fácil y necesitábamos trabajar. Yo ya había estado en Brasil sirviendo en una casa. La situación es desesperante en Paraguay. Escuchamos a un hombre contar que buscaba a mujeres para trabajar en servicio doméstico en España y fuimos a la agencia que nos indicó. En la agencia nos informaron que se encargarían de todo, nos prestaban el dinero que costaba el viaje”.

Les hicieron firmar ante un notario. Noelia puso su casa y Zully la de su cuñada, y si no pagaban la deuda echarían a sus hijos a la calle, según la amenaza. Llegaron juntas a Madrid. En el aeropuerto las esperaba una mujer y las llevó a una casa donde vivían 15 personas más. “Al llegar, nos dimos cuenta de que todo era un engaño y que el trabajo prometido no existía. Para poder pagar la deuda teníamos que ejercer la prostitución. Al piso venían los clientes y de allí no podíamos salir”.

A ese piso iban chicas de APRAMP a repartir condones y preguntaban sobre la salud de ellas, luego pudieron salir gracias a la organización y reciben atención de apoyo y formación.

### *La realidad del engaño*

La historia de Rosa, de 17 años, cuenta que su situación en su hogar en el Paraguay no era fácil, soñaba con otra vida. Rosa y su prima fueron obligadas por sus tías que estaban ejerciendo la prostitución en España, trabajando con la mafia de trata.

Cuenta Rosa que la empezaron a pegar, a castigarme sin comer, estaban muy asustadas con su prima también adolescente. “Se llevaron a mi prima. El primer día tuvo que acostarse con 40 hombres. Le hicieron mucho daño. Venía sangrando”.

“Cuando me quedaba sola con algún novio de mis tías empezaban a sobarme, a decirme cosas, me decían que me querían y me tocaban. Cuando les conté a mis tías, me castigaron y me pegaron. Como yo era virgen esperaban que cumpla los 18 años porque el cliente iba a pagar mucho más dinero para acostarse conmigo. Tuve mucho

miedo, pasé mucho tiempo encerrada sola, pensé que cuando cumplierse los 18 años a mí me pasaría lo mismo”.

Agrega que “veía a mi prima y me daba mucha lastima. Fue duro, muy duro. Yo no estaba legal en el país ¿A quién iba a acudir? Estaba sola, no sabía hablar castellano”, comenta Rosa.

### *Rescate*

“La policía llegó al club donde estaba mi prima y como no tenía papeles hablaron con ella y ella dijo que quería volver a Paraguay, que no quería estar aquí. Y la policía le dijo que la ayudaría a regresar. Mi prima se fue y un día llegó la policía, preguntaron por mí, mis tías le dijeron que yo no estaba, que ya no vivía ahí. Saqué valor y grite que sí que era yo, y me sacaron de allí y me trajeron a APRAMP”.

Para las mujeres víctimas el proceso migratorio no ha sido un éxito, sino todo lo contrario: un terrible infierno y regresar a su país supondría la revictimización de muchas de ellas.

“Miles de niñas, niños, adolescentes y jóvenes migran bajo engaños, algunos con el respaldo de sus padres. Son diariamente explotadas sexualmente en clubes, pisos particulares, casas, saunas”.

“No existe protección desde el Estado para las víctimas a pesar de ser un país de origen de la trata de personas. Ni siquiera se cuenta con una ley contra el tráfico para combatir este delito fuertemente organizado en el país”.

Fonte: <http://www.abc.com.py/nota/las-victimas-de-esclavitud-sexual-no-quieren-regresar-de-espana/> - 22.05.11

## **Un tercio de mujeres explotadas sexualmente son inmigrantes sin papeles**

Un 32 por ciento de las mujeres que son explotadas sexualmente en España por las redes que trafican con personas son extranjeras en situación irregular. Este es uno de los datos del balance de la lucha contra la trata con fines de explotación sexual correspondiente al año 2010 avanzado por la secretaria de Estado de Igualdad, Bibiana Aído, durante la inauguración de un seminario de trabajo sobre esta forma de esclavitud promovido por la Defensora del Pueblo, María Luisa Cava de Llano, quien prepara un informe monográfico para presentarlo al Parlamento a finales de año.

Según ha explicado Aído, cuyo gabinete destina dos millones de euros anuales a subvencionar programas de atención integral a mujeres que han

sufrido trata, durante el año pasado se realizaron 2.344 inspecciones policiales, se dismantelaron 335 organizaciones y fueron identificadas 1.641 víctimas, de las que un 92 por ciento eran mujeres y niñas. Un año antes cayeron 158 redes y se identificaron 1.300 víctimas, conforme ha señalado.

La secretaria de Estado ha destacado que además de la lucha policial y reformas legislativas como la tipificación de la trata en el Código Penal acometida en 2010 o el Plan Integral de Lucha contra la Trata con fines de explotación sexual es imprescindible la sensibilización social para acabar con la trata de personas.

Asimismo, la secretaria de Igualdad ha enfatizado en la necesidad de erradicar los anuncios de prostitución en la prensa por su "probada relación

con las redes de trata", un asunto para el que ya cuenta con el respaldo de los grupos parlamentarios y que espera resolver "en los próximos meses", después de que el Consejo de Estado diera luz verde a la posibilidad legal de prohibir su publicación.

Por su parte, Cava de Llano, ha incidido en que la explotación "preocupa en todas sus vertientes", tanto en lo que respecta a comercio sexual como a explotación laboral o de menores "incluso a cargo de sus padres para ejercer la mendicidad", asuntos todos que serán incorporados en el informe monográfico en el que la Alta Institución trabaja desde 2010 y que se presentará en las Cortes a finales de este año.

#### *Protección a las víctimas*

La Defensora ha destacado la "necesidad de que se identifique el problema" para lo que reivindica que "con urgencia" se mejore la formación en las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado a fin de que no "se escapen" sin tener protección personas víctimas de trata por tratarse de inmigrantes en situación irregular. No obstante, ha reconocido que la principal labor de las fuerzas policiales es luchar contra la delincuencia y, sin embargo, en el ámbito de la extranjería "pasan mucho tiempo custodiando personas que no han cometido delito sino una falta administrativa".

Además, ha indicado que en tiempos de crisis se les está pidiendo que se enfrenten "a una nueva realidad" y sean capaces de identificar a las víctimas de trata, lo que "quizá sea pedir demasiado".

#### *Equipos multidisciplinares*

Es por ello que la Alta Institución defiende la creación de "equipos multidisciplinares" que sean capaces de identificar a las potenciales víctimas de las redes de trata para poder prestarles la asistencia necesaria, así como reclama "cursos en la policía por parte de psicólogos y la intervención no sólo de las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad, sino también de personas que tengan otro tipo de conocimientos".

Efectivamente, el enfoque y el rol policial es uno de los elementos cuestionados por las organizaciones que trabajan en nuestro país en la erradicación de la trata y en la protección de las víctimas. Enfoque de Derechos humanos Las organizaciones siempre han defendido que el trabajo con las víctimas de la trata, se realice no sólo desde el punto de vista policial, sino que priorice un punto de vista social y de derechos humanos.

"Entendemos que las unidades policiales deben ser especializadas en la identificación de las víctimas, porque en la práctica estamos asistiendo a un conflicto de intereses entre la protección de los derechos frente a la persecución de la inmigración irregular", aseguran las organizaciones, muchas de ellas integrantes de la Red Española contra la Trata, que proponen que la función de identificación esté separada en dos unidades distintas frente a la de persecución de la inmigración irregular.

En cuanto al conocido periodo de reflexión, para las organizaciones, es importante que al enfoque policial se añada la participación de las entidades sociales y se contemplen factores como el estado de salud, la situación económica y social que vive la víctima. "Nos preocupa que en cuanto a la finalidad del periodo de restablecimiento y reflexión no se priorice la dimensión de protección a la víctima, en coherencia con lo previsto en el Convenio del Consejo de Europa firmado y ratificado por España", afirma Marta González, del Proyecto Esperanza.

"Fundamentalmente, el periodo de restablecimiento y reflexión tiene que servir a facilitar la recuperación física, psicológica y emocional de una víctima de trata, permitirle escapar física y psicológicamente de la influencia de los tratantes y tomar una decisión meditada y sopesada sobre si colaborar o no con las autoridades en la investigación y persecución de los autores del delito" insisten desde el Foro.

#### *Víctimas invisibles de una crisis global*

Las personas especialistas coinciden: para erradicar todas las formas de explotación sexual es necesario hacerlo desde un enfoque de derechos humanos, y reivindicar un reparto igualitario de los recursos económicos y el poder entre hombres y mujeres. La trata y la explotación sexual es también expresión de la crisis global que atraviesa el planeta y de la feminización de la pobreza. Situaciones de vulnerabilidad, pobreza y de riesgo de exclusión social dan a los explotadores la oportunidad de captación de las mujeres. Víctimas invisibles con grandes impedimentos para escapar, denunciar y recibir el apoyo necesario ante las situaciones de violencia en las que viven.

La Defensora del Pueblo, en el marco de la elaboración del informe que presentará al parlamento, se está reuniendo hoy con distintas organizaciones sindicatos, ACNUR, la Oficina de Asilo y Refugio, la Policía Nacional o la Guardia Civil, la Red Española contra la trata entre otras.

## Explotación rural en tiempos de bonanza en Argentina

“No tienen otra alternativa que emplearse bajo estas condiciones”, explica Reynaldo Ledesma, referente de la Unión Solidaria de Comunidades del Pueblo Diaguita Cacano, de la provincia norcentral de Santiago del Estero. La persistente explotación del trabajador rural coincide con la multiplicación en Argentina de establecimientos rurales cada vez mayores, cosechas de casi 100 millones de toneladas y una superficie sembrada de más de 30 millones de hectáreas, 11 por ciento de la extensión total del país.

Santiago del Estero, cuya capital homónima se ubica a 1.150 kilómetros al noroeste de Buenos Aires, es una de las principales emisoras de trabajadores rurales temporarios para desmalezar, fumigar manualmente, desflorar maíz o cosechar, entre otras actividades. Casi la totalidad de los integrantes de la Unión realizan estas actividades para sobrevivir, asegura Ledesma, quien definió las condiciones de contratación de sus compañeros como de “servidumbre”.

El fenómeno de los llamados trabajadores “golondrina” tiene siglos en Argentina. No obstante, en los últimos años adquirió nuevas modalidades con empresas gestoras de recursos humanos que operan como intermediarias de las grandes transnacionales del sector. Estos reclutadores les ofrecen un contrato con un monto fijo pero luego condicionan el total del pago a un puntaje acumulado por rendimiento que se le adjudica arbitrariamente al grupo completo según su desempeño.

“Toda la cuadrilla tiene que trabajar entre 10 y 14 horas por día de lunes a lunes, con lluvia y sin quejas porque si protestan les descuentan puntos a todos”, aseguró Ledesma. Además, los contratistas les restan “gastos” de transporte, ropa y herramientas de trabajo y alimentación a cotizaciones superiores a las de mercado para esos productos.

Ledesma señaló que es difícil la representación gremial de este sector porque se trata de trabajadores organizados en los lugares de origen pero muy dispersos en sus destinos laborales.

Las peores actividades son la cosecha de papa, de espárragos, de arándanos y de aceituna, dijo. También el “destronque”, la tarea de quitar raíces con picos, palas o las manos luego de que la topadora arrasa con un monte para cultivar. “Duermen en el piso bajo techos de plástico”, remarcó. La mayoría de las veces sin agua potable, luz eléctrica o sanitarios, y en algunos

sectores sin permiso para salir de la instalación, bajo amenaza de perder puntos si lo hacen.

Esas eran las características de la mayoría de campamentos detectados por organismos del Estado en los últimos meses en diversas provincias. Entre los implicados en estas prácticas está la productora y exportadora agrícola Nidera Argentina, parte de un conglomerado en 22 países con sede en Suiza.

Los trabajadores dormían a la intemperie o hacinados en galpones junto a bidones de pesticidas.

Pero la transnacional líder en el negocio de semillas y exportadora de cereales y oleaginosas además de productora de herbicidas, no es la única. También se acusa de explotación laboral a las argentinas Southern Seeds Production y Status Ager y a las administradoras de recursos humanos Manpower (Estados Unidos) y Addeco (Suiza). “Las mismas empresas que desplazan a campesinos e indígenas de sus tierras para avanzar con el monocultivo son las que después los emplean como trabajadores esclavos”, denunció Ledesma.

Según datos del Ministerio de Trabajo, 50 por ciento de los trabajadores rurales no está registrado en la seguridad social. Dentro de ese universo de ilegalidad, la precarización es extrema entre los migrantes internos o trabajadores “golondrina”.

Estos trabajadores vienen de las provincias del norte, principalmente Santiago del Estero y Tucumán, y también de Bolivia, para ocuparse como temporeros en provincias como Sante Fe, Misiones, Buenos Aires, Córdoba, Mendoza y Río Negro entre otras.

Entre los registrados la situación no es mucho mejor. La gran mayoría recibe ingresos por debajo del salario mínimo, según el informe “Rentabilidad, empleo y condiciones de trabajo en el sector agropecuario”, difundido en febrero.

El estudio del no gubernamental Centro de Investigación y Formación de la República Argentina (CIFRA) señala que en la última década el sector agropecuario tuvo “niveles de rentabilidad extraordinariamente elevados en términos históricos”.

No sólo subieron los precios agrícolas internacionales, sino que, contabilizado en dólares, se redujo el costo de producción y se multiplicó por 4,5 veces el valor de la tierra en las áreas más fértiles de la llanura central y norteña del país, destacan los autores.

El estudio destaca que durante el periodo 1002-2010 el sector agrícola primario aportó 8,7 por ciento del producto interno bruto y el sector industrial vinculado directamente al agro otro 6,4 por ciento.

Pese a ello, el informe advierte que la creación de empleo fue “poco significativa” en ese mismo período debido a la mayor tecnificación y alerta sobre los “niveles elevados” de trabajadores no registrados o informales.

En este país de 40 millones de habitantes, 92 por ciento urbana, con una población económicamente activa de unos 17,8 millones de personas, los trabajadores rurales permanentes o transitorios suman un millón, según datos oficiales, que sindicatos del sector elevan a 1,5 millones.

La economista de CIFRA Mariana González señaló a IPS que los trabajadores agrarios esclavizados no laboran para empresas pequeñas sino para transnacionales con ganancias extraordinarias.

“El empleo no registrado es muy habitual en este sector. En parte es porque hay dificultades de fiscalización debido a las grandes extensiones y zonas aisladas, pero también hay una naturalización del problema”, advirtió.

Según González, en la economía general el empleo informal –denominado “en negro” en Argentina- está reduciéndose en general y también en el campo. Pero en este último sector el atraso aún es grande.

El informe de CIFRA revela que mientras el empleo no registrado en la economía en general es de 36,5 por ciento, en el sector agropecuario trepa a 60 por ciento, con sectores donde la proporción sube a 94 por ciento.

El sociólogo Guillermo Neiman, de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) aseguró a IPS que el trabajo temporal en

condiciones precarias es tradicional desde hace mucho tiempo en Argentina.

La fiscalización es difícil no solo por las distancias y la dispersión. “En el campo, cuando llega un inspector, es más fácil ocultar a un trabajador que en una fábrica o un establecimiento cerrado”, ejemplificó.

Pero remarcó que en los últimos meses el problema está teniendo mayor visibilidad y los mismos trabajadores –muchos de ellos jóvenes provenientes de ciudades y no solo de los pueblos- se animan a denunciarlo.

Neiman, que es especialista en empleo rural, destacó además la voluntad de mejorar la fiscalización por parte del gobierno y la mayor determinación de la justicia que está avanzando ante denuncias de trata y servidumbre rural.

La presidenta Cristina Fernández admitió en febrero que hay “trabajo ilegal y esclavo en condiciones inhumanas” en Argentina, al lanzar el programa “Trabajo registrado digital. Control en tiempo real”.

Mediante el programa, el Ministerio de Trabajo y la Administración Federal de Ingresos Públicos, el organismo recaudador argentino, monitorean establecimientos urbanos y rurales con computadoras portátiles y conexión inalámbrica que permiten llegar a zonas remotas y comprobar si el trabajo es ilegal en el momento.

Pero la tarea recién comienza. “Se trata de un comportamiento muy difundido en todas las empresas. Algunas tienen hasta 400 trabajadores durante tres meses en esta situación”, reveló Neiman.

Fonte: <http://periodismohumano.com/economia/esclavitud-rural-en-tiempos-de-bonanza-en-argentina.html> - 17.03.10



## Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos:
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. OS RUMOS DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS